

Relatório de Gestão 2011

Superintendência Regional do Rio de Janeiro



2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MAPA

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAB

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUREG/RJ

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Maio/2012

Ministério da Agricultura, Pecuária e Aabastecimento - Mapa
JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Superintendência Regional do Rio de Janeiro
LUDMILA BRANDÃO
Superintendente

JANINE MAGALHÃES MARTINS
Assistente

Procuradoria Regional – Prore
LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES
Procurador

Gerência de Finanças e Administração - Gefad
ELISA PICORELLI ZUKERAN
Gerente

Gerência de Operações e Suporte Estratégico – Geose
JUÇANÁ DE MORAES VITAL
Gerente

Unidade Armazenadora Lyra Tavares
LADIMIR CORREA COSTA
Gerente

Setor Contábil e Financeiro – Secof
ALBERTO DE SOUZA
Encarregado

Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade
ANA RITA ANTONACCIO FERREIRA
Encarregada

Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo
PAULO ROBERTO BATISTA DOS SANTOS
Encarregado

Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Seopi
REJANE MARIA COELHO BEZERRA
Encarregada

ANA LÚCIA SANTOS GONÇALVES ROCHA
Elaboração

HAYDÉE MOREIRA ZAMBOTI
LUCIANA DINIZ DE OLIVEIRA
Colaboração

Álvaro Roberto Ennes Pereira
Apoio-Capa
rj.sureg@conab.gov.br
Fones: (021) 3861-5750
Fax (021) 2252-1785

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MAPA

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONAB

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUREG/RJ

**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 108/2010 e n.º117/2011, da Portaria TCU n.º123/2011 e das orientações da Controladoria Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 05/2012

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	07
Lista de Quadros e Figuras	09
Apresentação	11
1 – Informações Básicas	13
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ	13
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
1.1.2 – Estrutura Organizacional	14
1.1.3 – Rol de Responsáveis	15
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	18
1.2.1 – Planejamento Estratégico	18
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	20
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	20
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	21
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	21
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	22
1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços	22
1.2.2.6 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	23
1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	24
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	25
3 – Sustentação de Renda	28
3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda	28
3.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	29
4 – Promoção do Abastecimento	33
4.1 – Atuação da Companhia	33
4.2 – Ações Desenvolvidas	34
4.2.1 – Venda dos Estoques Públicos	34
4.2.2 – Doação de Produtos Alimentícios	35
5 – Prestação de Serviços	39
5.1 – Estoque de Terceiros	39
5.2 – Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	41
5.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem	44
6 – Administração de Estoques Públicos	44
6.1 – Rede Armazenadora	44
6.1.1 – Rede Armazenadora Própria	51
6.1.2 – Estoques Depositados nas Unidades Próprias	53
6.1.3 – Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros	55
6.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador	55
6.2 – Atividade de Fiscalização	55
6.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos	56
6.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	56
6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns	56
6.3 – Atividade de Movimentação de Estoques	57
7 – Geração e Difusão de Informações	59
7.1 – Levantamento de Safras	61
8 – Gestão de Pessoas	66
8.1 – Alocação de Empregados	66
8.2 – Comunicação Interna	66
8.3 – Melhoria do Clima Organizacional	67
8.4 – Capacitação de Pessoal	68
8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo	71
8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências	75
8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria	75

8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal	75
8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários	76
8.5.5 – Custos de Pessoal	76
8.5.6 – Mão de Obra Terceirizada	78
9 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	79
9.1 – Análise da Execução Orçamentaria	79
9.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	87
9.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	87
9.2.2 – Análise Crítica	87
9.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período	87
9.4 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76	88
9.5 – Composição dos Investimentos da Empresa	106
9.6 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	110
9.7 – Parecer da Auditoria Independente	111
10 – Governança e Controles	114
10.1 – Informações sobre o Controle Interno	114
10.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	115
10.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	115

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
AGF – Aquisição do Governo Federal
ATR – Açúcar Total Recuperável
BSC – Balanced Scorecard
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA – Central de Abastecimento
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CIBRIUS – Instituto CONAB de Seguridade Social
COFIN – Coordenadoria Geral de Programação Financeira
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração/CONAB
COOPERAFA – Cooperativa Regional da Agricultura Familiar
COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPR – Cédula do Produtor Rural
CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas/CONAB
DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informações/CONAB
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento/CONAB
DIRAD – Diretoria Administrativa/CONAB
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEARM – Gerência de Armazenagem/CONAB
GEASA – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras/CONAB
GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns/CONAB
GECAP – Gerência de Acompanhamento e Controle de Ações da Agricultura Familiar/CONAB
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento/CONAB
GECAV – Gerência de Cargos, Salários e Avaliação/CONAB
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração da CONAB/SUREG/RJ
GEFIS – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais/CONAB
GEFOC – Gerência de Formação e Controle de Estoques/CONAB
GEIMP – Gerência de Imprensa/CONAB
GEMOV – Gerência de Movimentação de Estoques/CONAB
GEOSE – Gerência de Operações e Suporte Estratégico/CONAB/SUREG/RJ
GEPAB – Gerência de Programas Sociais de Abastecimento/CONAB
GEPES – Gerência de Pessoal/CONAB
GEPRI – Gerência de Parcerias Institucionais/CONAB
GERAP – Gerência de Armazéns da Rede Própria/CONAB
GESOF – Gerência de Engenharia de Software
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MPA – Ministério da Pesca e Agricultura

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MOC – Manual de Operações da CONAB
 NOC – Normas da Organização da CONAB
 OAN – Oregon Association of Nurseries
 OOC – Operações Oficiais de Crédito
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
 PCV – Prestação de Contas de Viagem
 PEC – Plano de Educação Corporativa
 PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
 PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
 PGPAF – Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar
 PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PRESI – Presidência da Conab
 PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PROGE – Procuradoria Geral da CONAB
 PRORE – Procuradoria Regional da CONAB/SUREG/RJ
 REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
 SEADE – Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos da CONAB/SUREG/RJ
 CI – Comunicação Interna da CONAB/SUREG/RJ
 SEC – Sistema eletrônico de Comercialização
 SECOF – Setor Contábil e Financeiro da CONAB/SUREG/RJ
 SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta/CONAB/SUREG/RJ
 SEOPI – Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento da CONAB/SUREG/RJ
 SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
 SESC – Serviço Social do Comércio
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal
 SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
 SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
 SINAC – Sistema Nacional de Comercialização
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 SUARM – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques/CONAB
 SUCON – Superintendência de Contabilidade/CONAB
 SUFIN – Superintendência de Finanças/CONAB
 SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques/CONAB
 SUGOF – Superintendência de Gestão de Oferta/CONAB
 SUINF – Superintendência de Informações do Agronegócio/CONAB
 SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação/CONAB
 SUOPE – Superintendência de Operações Especiais/CONAB
 SUPAB – Superintendência de Abastecimento Social/CONAB
 SUPAF – Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar/CONAB
 SUPOR – Superintendência de Programação Orçamentária/CONAB
 SUREG/RJ – Superintendência da CONAB no Estado do Rio de Janeiro
 SUREH – Superintendência de Recursos Humanos/CONAB
 SUTIN – Superintendência de Tecnologia da Informação/CONAB
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TVN – Termos de Vistoria e Notificação
 UA – Unidade Armazenadora
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 VEP – Valor do Escoamento do Produto

Lista de Quadros e Figuras

Quadros

Quadro I – Identificação da Unidade	13
Quadro II – Rol de Responsáveis	15
Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque	32
Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação	32
Quadro V – Quantidade movimentada com o VEP no Rio de Janeiro e valor da subvenção	35
Quadro VI – Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros na Sureg/RJ	40
Quadro VII – Demonstrativo do Resultado do Exercício	41
Quadro VIII – Estoque Médio Armazenado na UA Lyra Tavares	41
Quadro IX – Demonstrativo do Resultado do Exercício na Sureg/RJ	42
Quadro X– Estoques de Terceiros	43
Quadro XI – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	44
Quadro XII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização	46
Quadro XIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade (em t)	47
Quadro XIV – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	51
Quadro XV – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	52
Quadro XVI – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	52
Quadro XVII – Natureza das Despesas da Rede Própria de Armazéns	53
Quadro XVIII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias – Prod. Agropecuários ...	54
Quadro XIX – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias - Outros Produtos	54
Quadro XX – Demonstrativo da Posição dos Estoques Púb. Armazenados em Un. Próprias	55
Quadro XXI – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	55
Quadro XXII – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	57
Quadro XXIII – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA	58
Quadro XXIV – Geração e Difusão de Info. da Agrop. e do Abastecimento Agroalimentar	60
Quadro XXV – Elemento de Despesa	60
Quadro XXVI – Percentual de Exec. Financeira na Geração e Difusão da Info. Agropecuárias	61
Quadro XXVII – Levantamento de Safra de Grãos no RJ	62
Quadro XXVIII – Levantamento de Safra	63
Quadros XXIX – Percentual de Pesquisa de Safras	64
Quadro XXX – Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	64
Quadros XXXI – Percentual de Pesquisa de Safras	65
Quadro XXXII – Treinamento, por Área de Conhecimento	69
Quadro XXXIII – Indicadores de Capacitação	70
Quadro XXXIV – Palestras	70
Quadro XXXV – Avaliação de Treinamento	71
Quadro XXXVI – Avaliação do Conhecimento	71
Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	72
Quadro XXXVIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	73
Quadro XXXIX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual – Sureg/RJ	74
Quadro XL – Demonstrativo por Nível de Escolaridade – Sureg/RJ	74
Quadro XLI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Sureg/RJ	75
Quadro XLII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	75
Quadro XLIII – Composição do Quadro de Estagiários – Sureg/RJ	76
Quadro XLIV - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	77
Quadro XLV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	78
Quadro XLVI - Identificação das Unidades Orçamentárias	79
Quadro XLVII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	80
Quadro XLVIII - Despesas por Modalidade de Contratação	81
Quadro XLIX - Despesas Corrente e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	82
Quadro L – Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ	86
Quadro LI - Restos a Pagar Processados	87

Quadro LII -Restos a Pagar Não Processados	87
Quadro LIII - Patrimônio Imobiliário	110
Quadro LIV – Estrutura de Controles Internos da UJ	114

Figuras

Figura I– Estrutura Organizacional da Sureg/RJ	14
Figura II– Mapa Estratégico Corporativo	19
Figura III – Macroprocesso de Sustentação da Renda	20
Figura IV– Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	21
Figura V– Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	22
Figura VI– Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	22
Figura VII – Macroprocesso de Prestação de Serviços	23
Figura VIII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	23
Figura IX– Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	24
Figura X – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-RJ	31
Figura XI – Evolução do Número de Atendimentos-MDS	36
Figura XII – Evolução do Número de Atendimentos-MI	37
Figura XIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade	39
Figura XIV – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	40
Figura XV – Evolução do Índice de Ocupação	42
Figura XVI – Evolução do Índice de Ocupação no Rio de Janeiro	43
Figura XVII – Rede Armazenadora Instalada	45
Figura XVIII – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola	48
Figura XIX – Armazenagem por Município – Brasil.....	49
Figura XX – Armazenagem por Município – Rio de Janeiro.....	50
Figura XXI – Evolução do Número de Empregados	72
Figura XXII – Evolução do Número de Empregados – Sureg/RJ	73

Apresentação

A CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e foi criada por meio da Medida Provisória nº 151, de 15/03/1990, transformada na lei 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão das empresas públicas CFP, COBAL e CIBRAZEM. Sua atuação tem como foco o acompanhamento da produção agrícola, desde o planejamento do plantio de culturas até a mesa do consumidor, participando da decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar, dando suporte a distribuição da produção no mercado, por intermédio de instrumentos específicos de garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo.

Sua missão institucional é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.**

O Estado do Rio de Janeiro, atualmente, é o 2º maior centro consumidor do Brasil, o que determina que o Estado seja forte importador de alimentos. A vocação agrícola do Estado está voltada para produtos hortifrutigranjeiros, representando a produção de pequenas propriedades em diversos municípios, não sendo o Estado auto-suficiente nas suas necessidades de abastecimento alimentar.

Em 2011, houve forte aumento da demanda e adesão desses pequenos produtores rurais, organizados em cooperativas e associações, ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA, operacionalizado pela CONAB/SUREG/RJ. Este expressivo aumento tem sido benéfico para a população de modo geral na medida em que gera renda ao produtor rural (uma vez que garante a venda de sua produção por preços justos e remuneradores), fixando, assim, o homem ao campo de maneira digna, propiciando o desenvolvimento das próximas gerações, intimidando o êxodo rural.

Além disso, abastecendo com produtos agrícolas frescos, plantados e colhidos na própria região, respeitando, assim, os hábitos alimentares locais, as populações em insegurança alimentar, seja por meio da distribuição de alimentos pelos Bancos de Alimentos ou instituições comprometidas.

Outra vertente de forte expressão nas atividades da SUREG/RJ é a atuação voltada aos programas sociais de apoio a grupos necessitados, como assentados da Reforma Agrária, quilombolas e grupos populacionais em insegurança alimentar, com entrega de cestas de alimentos adquiridas de maneira centralizada pela CONAB/MATRIZ/BRASÍLIA com recursos do MDS, e disponibilizados pelas Regionais em seus respectivos Estados, aos grupos populacionais em insegurança alimentar, previamente identificados.

Além disso, somos parceiros dos diversos entes públicos envolvidos, bem como a Defesa Civil, no atendimento às populações atingidas por catástrofes naturais, como a que houve no início do ano de 2011 na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em que o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, através da CONAB, doou a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o quantitativo de 15.000 cestas de alimentos.

Por outro lado, dentro do amplo espectro de ações próprias da CONAB, a SUREG/RJ não participou na formação de estoques públicos no exercício de 2011 em virtude deste tipo de apoio não ter sido demandado pelos agricultores neste Estado. Os estoques públicos são formados basicamente de produtos estocáveis como arroz, milho, feijão, cuja produção no Estado do Rio de Janeiro não tem expressão nacional.

Além disso, os itens/programas que são realizados pela CONAB/Matriz e não tem correspondência, portanto, não tem aplicação na Superintendência do Rio de Janeiro, não foram incluídos a este Relatório de Gestão. Dentre eles, podemos citar: Auditoria Independente; Estrutura de Governança Corporativa; Conjuntura das Principais Produtos Amparados pela PGPM; Intervenções Governamentais; Formação de Estoques Públicos; Aquisição do Governo Federal – AGF; Contrato Público de Opção de Venda; Concessão de Prêmios para Escoamento de Produção; Prêmio para Escoamento do Produto – PEP; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor; Vendas em

Balcão; REFAP; Articulação e Organização do Abastecimento; Prohort; Leilão Público de Produtos de Terceiros; Serviço de Classificação de Produtos para Terceiros; Descredenciamento de Armazém; Gestão Tecnológica; Gestão de Tecnologia de Informação; Gestão Estratégica; Levantamento dos Custos de Produção e de Custos de Insumo; Geosafras; e SIGABRASIL.

Com relação aos itens: “ Indicadores de desempenho”, temos a esclarecer que , após a realização de um curso específico em Brasília no mês de novembro de 2011, técnicos de diversas áreas da CONAB/Matriz deram início a um trabalho de criação de indicadores de desempenho, que, após análise e implementação pelas áreas da Matriz, serão aprovados e deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade, para, após, serem estendidos às Superintendências Regionais.

Assim, em função dos Indicadores de Desempenho ainda estarem sendo elaborados pela CONAB/Matriz, deixamos de incluir este item ao nosso Relatório, por esta UJ não ter competência e independência funcional para elaboração dos mesmos.

Com relação ao futuro, esta Superintendência Regional do Rio de Janeiro pretende continuar contribuindo com a geração de renda sustentável no campo, melhorando a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, e assim, de toda sociedade; contribuindo cada vez de maneira mais eficiente com a formulação das políticas agrícolas, e abastecimento alimentar seguro e regular para a população, principalmente aqueles que se apresentam em situação de insegurança alimentar.

Ludmila Brandão
Superintendência Regional do Rio de Janeiro
Superintendente

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

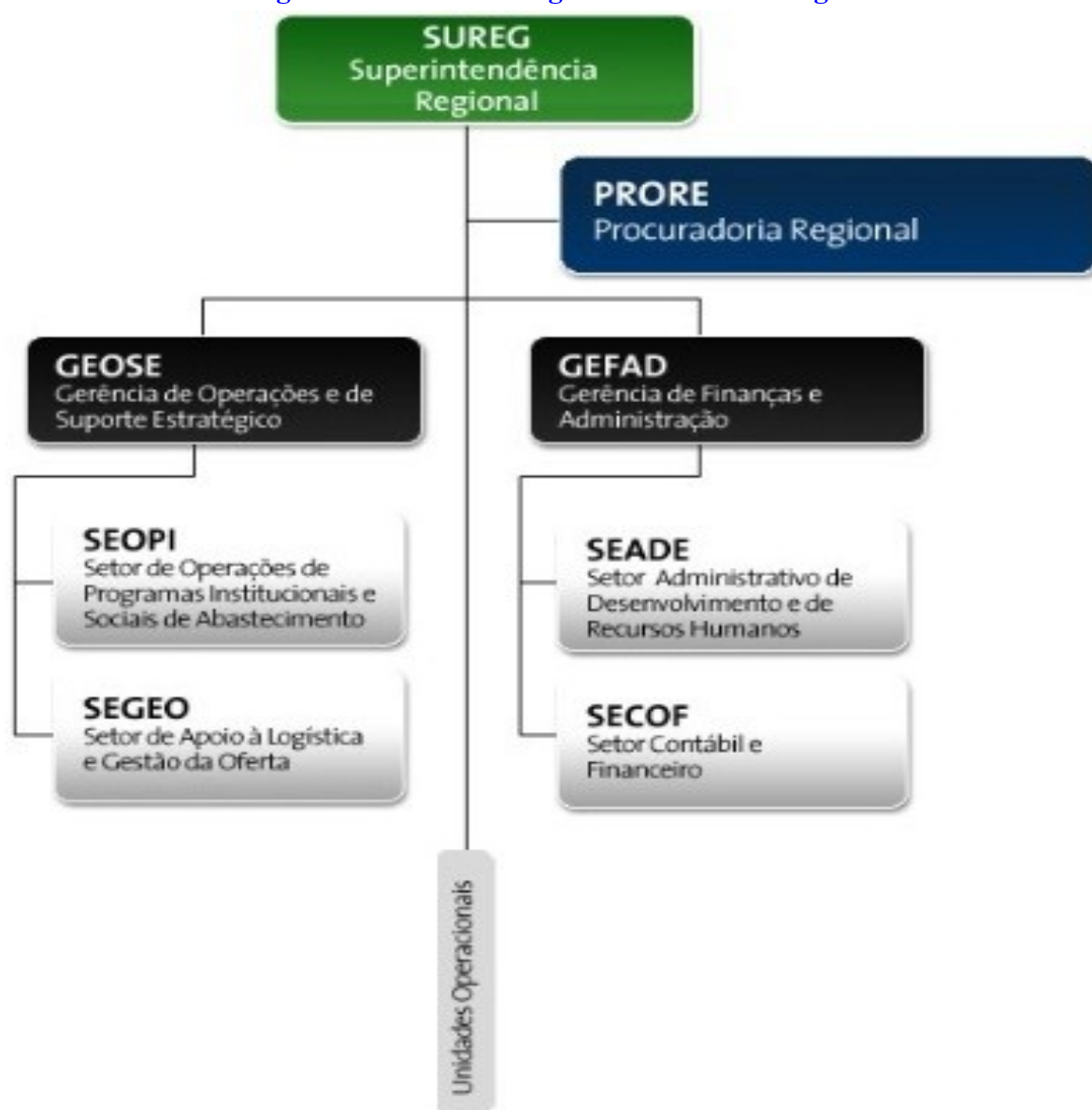
1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA		Código SIORG:87092
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio de Janeiro		
Denominação abreviada: SUREG-II/RJ		
Código SIORG: 87092	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 135305
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84116
Telefones/Fax de contato: (021) 3861-5750/(021) 2252-1785		
Endereço Eletrônico: rj.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: http://www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Alfândega, 91 - 11º e 12º andares – Centro – CEP:20070-003 – Rio de Janeiro - RJ		
CNPJ: 26.461.699/0095.60		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pela Lei nº8.029 de 12/04/1990, art.19, inciso II; Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº99.994 de 26/12/1990;		
e suas alterações pelos Decretos: 99.944 de 26/12/90; 369 de 19/12/91; S/Nº de 03/07/95; 1.816 de 09/02/96; S/Nº de 19/12/96; 2.390 de 19/11/97; 3.336 de 13/01/00; 4.514 de 13/12/12; e 6.407 de 24/03/08.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Resolução CONAD nº05 de 11/05/98		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
NOC – Normas da Organização da CONAB		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135305	CONAB SEDE SUREG RIO DE JANEIRO	SUREG/RJ
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135306	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/RJ	
135307	NÚCLEO DE ESTOQUE REGULADOR/RJ - PGPM	
135308	UNIDADE DE ARMAZENAGEM LYRA TAVARES	
135440	UNIDADE DE MERCADO DE OPÇÃO/RJ	
135561	UNIDADE CONAB PAA/RJ	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
135100		22211

1.1.2 – Estrutura Organizacional

Figura I– Estrutura Organizacional da Sureg/RJ



1.1.3 – Rol de Responsáveis

Quadro II – Rol de Responsáveis

Rol de responsáveis – Exercício 2011	
Nome	Ludmila Brandão
CPF/MF	908.841.081-04
Natureza/responsabilidade	103-Ordenador de despesa p/ delegação de competência
Cargo/função	Substituta da Superintendência/Superintendente Regional
Período	25/02/10 a 31/12/11
Data nomeação	25/02/ 2010 - Ato DIRAD nº103 - 26/05/ 2011 - Portaria nº 172
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua Gabriela Mistral, 02 apt 602
Cep	22.250-100
Endereço eletrônico	ludmila.brandao@conab.gov.br
Nome	Marcelo Junqueira Ferraz
CPF/MF	231.581.906-72
Natureza/responsabilidade	001-dirigente máximo da UG
Cargo/função	Superintendente Regional
Período	29/01/2003 a 23/01/2011
Data nomeação	29/01/2003 Portaria nº031
Data da exoneração	23/01/2011
Endereço residencial	Rua Constante Ramos, 82 apt 703
Cep	22051-010
Endereço eletrônico	marcelo.junqueira@conab.gov.br
Nome	Luiz Roberto Pires Domingues
CPF/MF	034.263.867-04
Natureza/responsabilidade	120-ordenador de despesa por subdelegação
Cargo/função	Superintendente regional substituto
Período	11/07/2011 a 31/12/2011
Data nomeação	11/07/2011 - Portaria nº758
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua São Salvador, 59 Bl. D Apt.302 Laranjeiras
Cep	22.231-130
Endereço eletrônico	luiz.domingues@conab.gov.br

Rol de responsáveis – Exercício 2011	
Nome	Juçanã de Moraes Vital
CPF/MF	098.999.441-49
Natureza/responsabilidade	301-responsável pelo almoxarifado e bens de estoque
Cargo/função	Gerente da Geose
Período	25/02/2010 a 31/12/2011
Data nomeação	25/02/2010 - Portaria nº 104
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua Engenheiro Carlos Euler, 77 apt 103
Cep	22793-260
Endereço eletrônico	jucana.vital@conab.gov.br
Nome	Alberto de Souza
CPF/MF	210.625.607-87
Natureza/responsabilidade	207-Responsável pela conformidade contábil
Cargo/função	Encarregado do Secof/Contador
Período	18/04/2002 a 31/12/2011
Data nomeação	18/04/ 2002 - Portaria nº237
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua Inácio Serra, lt. 62
Cep	25.525-261
Endereço eletrônico	alberto.souza@conab.gov.br
Nome	Sílvia Maria Pinheiro Grumbach
CPF/MF	598.843.477.00
Natureza/responsabilidade	137-138 responsável pela gestão orçamentária e financeira
Cargo/função	Gerente da Gefad
Período	14/03/2003 a 01/12/2011
Data nomeação	14/03/2003 - Portaria nº133
Data da exoneração	01 de dezembro de 2011
Endereço residencial	Rua Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, 155 apt 1402
Cep	20511-230
Endereço eletrônico	silvia.grumbach@conab.gov.br

Rol de responsáveis – Exercício 2011	
Nome	Elisa Picorelli Zukeran
CPF/MF	664078698-49
Natureza/responsabilidade	137-138-resp pela gestão orçam e financeiro
Cargo/função	Gerente da Gefad
Período	01/12/2011 a 31/12/2011
Data nomeação	21/11/2011 - Portaria nº1274
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua Pedro Americo, 244 apt 603
Cep	22211-200
Endereço eletrônico	elisa.zukeran@conab.gov.br
Nome	Ladimir Correa Costa
CPF/MF	732.841.577-00
Natureza/responsabilidade	301-responsável pelo almoxarifado e bens de estoque
Cargo/função	Gerente da Ua Lyra Tavares
Período	02/02/2009 a 31/12/2011
Data nomeação	02/02/2009 - Portaria nº041
Data da exoneração	
Endereço residencial	Av. Santa Cruz, 833 Bl.13 Apt.201
Cep	21710-231
Endereço eletrônico	ladimir.costa@conab.gov.br
Nome	Vicente de Paula Sandres
CPF/MF	564929107-10
Natureza/responsabilidade	301-responsável pelo almoxarifado e bens de estoque
Cargo/função	Substituto do Gerente da Ua Lyra Tavares
Período	02/02/2009 a 31/12/2011
Data nomeação	02/02/2009 - Ato de direção DIRHU nº042
Data da exoneração	
Endereço residencial	Rua Barão de Jaguari, 101 Apt.102
Cep	21220-600
Endereço eletrônico	vicente.sandres@conab.gov.br

Fonte: Siafi/Secof

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

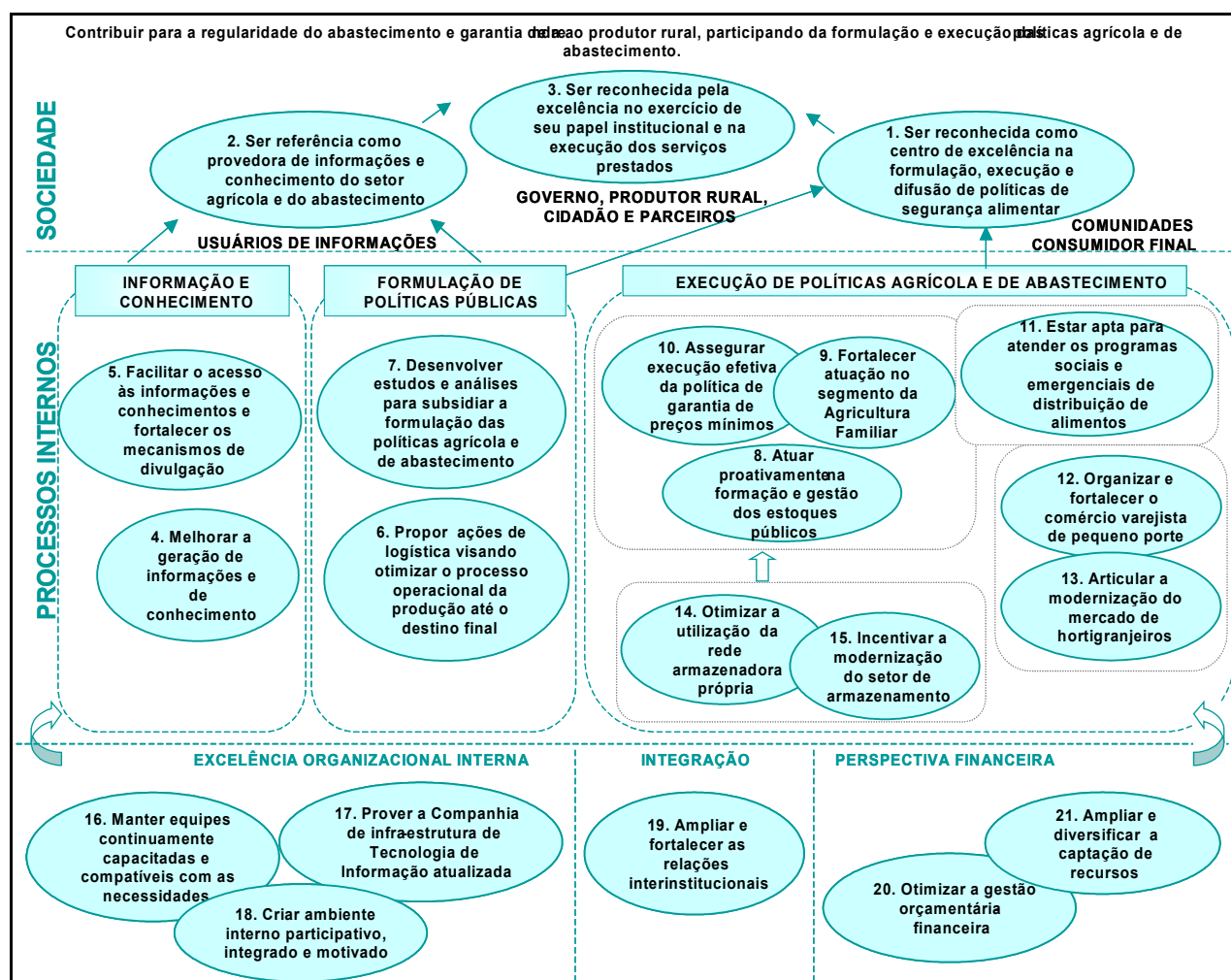
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI nº 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

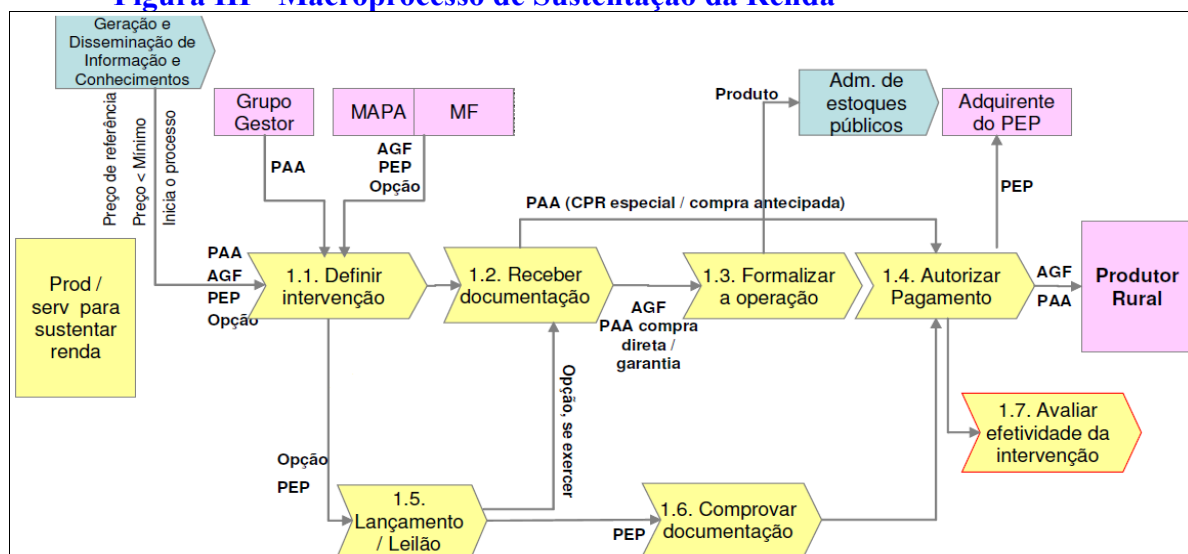
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

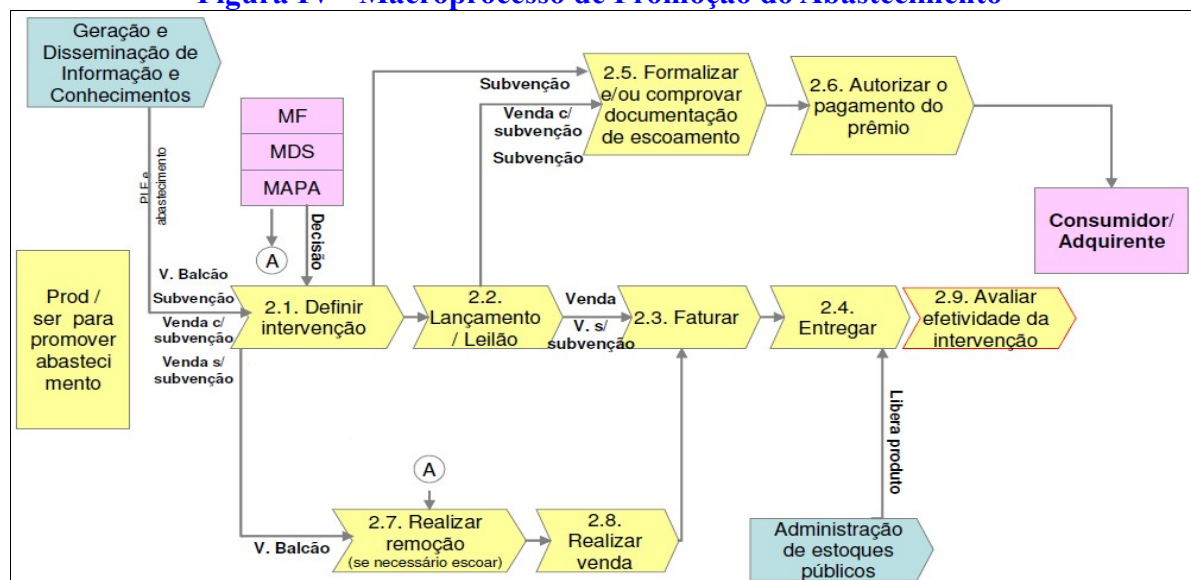
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

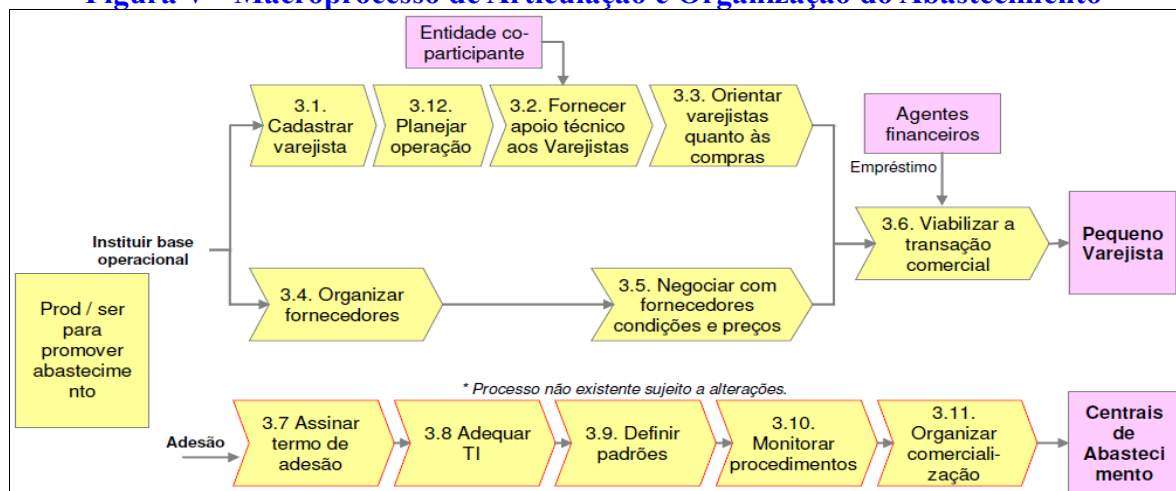
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

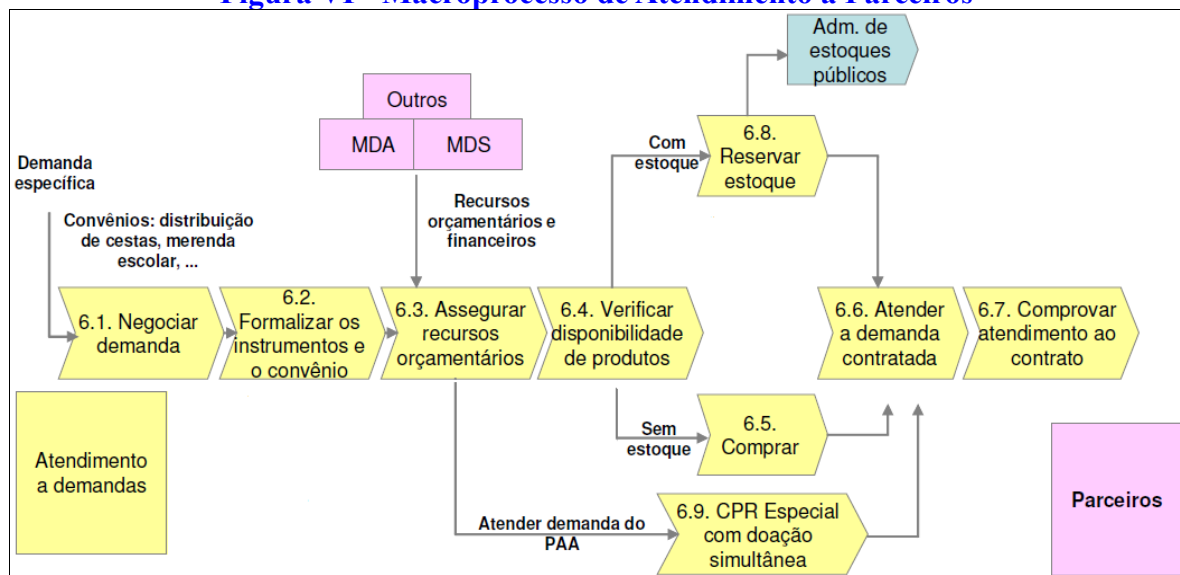
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

1.2.2.5 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

1.2.2.7 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

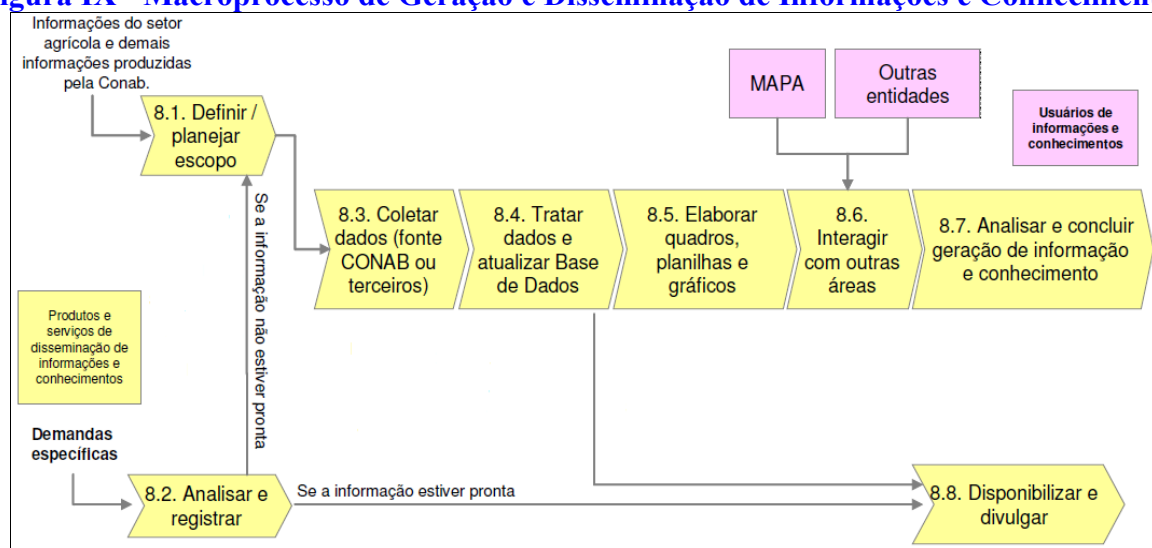
É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

As atividades desenvolvidas no âmbito da Superintendência Regional da CONAB no Rio de Janeiro tiveram como foco principal o atendimento ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e no atendimento as populações o Rio de Janeiro. A CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e foi criada por meio da Medida Provisória nº 151, de 15/03/1990, transformada na Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão das empresas públicas CFP, COBAL e CIBRAZEM. Sua atuação tem como foco o acompanhamento da produção agrícola, desde o planejamento do plantio de culturas até a mesa do consumidor, participar da decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar, dar suporte a distribuição da produção no mercado. Por seu intermédio de instrumentos específicos de garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo.

Para operar as atividades da Companhia, a estrutura da Superintendência Regional é constituída de uma Gerência Administrativa e Financeira - GEFAD que dá suporte ao desenvolvimento das ações e execução das atividades operacionais da CONAB que são exercidas pela Gerência de Operações e Suporte Estratégico – GEOSE que tem como missão operar os programas institucionais e sociais de abastecimento e apoiar ações voltadas para logística e gestão da oferta de produtos agropecuários. Estas ações, na prática, significam comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor.

Devemos considerar que o Estado do Rio de Janeiro possui o 2º maior centro consumidor do país e a condição de grande importador de alimentos, não sendo autossuficiente nas suas necessidades de abastecimento alimentar. Dessa forma a agricultura desenvolvida por meio dos mecanismos e instrumentos de governo postos à disposição através da CONAB possui papel relevante e fundamental, uma vez que existe a preocupação no estabelecimento de políticas públicas de sustentação de renda.

No Rio de Janeiro, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA teve grande destaque com aumento significativo de demanda por parte dos clientes em face de que seus mecanismos apresentam objetivo que permite a manutenção do equilíbrio da renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, dando-lhes sustentabilidade e contribuindo para um dos maiores desafios do produtor rural: que é vender sua produção a preços remuneradores e condizentes com o mercado. Dessa forma para os agricultores fluminenses, constituiu-se em uma ferramenta eficiente no estímulo a atividade agrícola e na regularização do abastecimento alimentar.

Em 2011 foram registrados 165 contratos denominados Cédula de Produto Rural na modalidade CPR Doação e 33 na modalidade CPR Estoque perfazendo um montante de aproximadamente seis milhões de reais.

Por meio desse instrumento a CONAB contribui para a regularização do abastecimento alimentar, na medida que a produção é doada para entidades, banco de alimentos e associações constituídas com objetivo filantrópicos. Foram atendidos 27 municípios do Estado.

A CONAB por intermédio dos técnicos da Superintendência Regional também participou de trabalhos que envolveram estudos e estatística do comportamento dos preços para avaliar e levantar custos de produção de produtos beneficiados com contratos oriundos do Programa de Preços de Garantia da Agricultura Familiar – PGPAF no Estado, verificando ainda por meio de visitas a campo e aplicação de questionários para avaliação de safras locais, no tocante as culturas de grãos: arroz, feijão, milho, cana de açúcar e café, apreendendo e compilando informações sobre a expectativa de plantio e de colheita desses produtos, além da quantificação do volume e localização de estoques públicos e privados de produtos estratégicos para a economia nacional, com destaque para o café e a cana-de-açúcar.

A organização ações de logística com entidades parceiras ao longo de 2011 foram capazes de mobilizar o envio de cestas de alimentos destinada as comunidades atingidas por adversidades climáticas e econômicas, estendendo atendimentos a comunidades em situação de insegurança alimentar como os indígenas da baía da Ilha Grande e quilombolas localizados no

Estado. Os atendimentos em parte são feitos com produtos oriundos de produtores familiares e essa integração permite atender os necessitados com produtos produzidos por um segmento de produtores rurais que durante muito tempo ficou à margem dos programas de desenvolvimento. Essa integração - compra da produção familiar e distribuição de alimentos foi possível diminuir o custo das cestas e aumentar o número de pessoas atendidas, alcançando de forma efetiva a distribuição de produtos a custos menores e, permitindo renda garantida a esses pequenos agricultores, garantindo sua atividade agrícola.

No caso do Rio de Janeiro, a comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido bastante significativa, representando a maior fatia de produtos comercializados por meio do PAA- Programa de Aquisição de Alimentos, isso tem grande valor pois representa a produção de pequenas propriedades em diversos municípios possibilitando alta receita/hectare e a manutenção da mão de obra no campo. Daí a importância do Programa visto que esse segmento ainda carece de atendimento no que concerne a ações de logística de transporte, apoio a comercialização bem como orientação para evitar a perecibilidade dos produtos, tarefa que vem sendo realizada pelos técnicos da Superintendência Regional no Estado.

A armazenagem é também outra área estratégica no abastecimento. Na SUREG/RJ a Conab possui uma Unidade Armazenadora, localizada na região metropolitana e sistematicamente cumpriu as ações pertinentes ao acompanhamento e avaliação da integridade quantitativa dos estoques armazenados. Foram realizadas pequenas manutenções visando na medida do possível e dentro das limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal 2011, atender aos padrões mínimos de qualificação, realizando procedimentos para garantia fitossanitária dos estoques ali armazenados.

A cada ano o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, vem adquirindo maior relevância no Estado, estando a cada dia mais presente nos municípios do Estado, onde o governo vem adquirindo a produção familiar com preços justos, de forma descomplicada e sem intermediários. O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos tem transformado a vida de muitos agricultores no Estado e criado condições de superação do maior desafio dos agricultores familiares: a garantia de preços remuneradores e compatíveis com o mercado.

A experiência em logística de abastecimento proporciona a Conab a estruturação de mercados atacadistas de produtos alimentares melhorando seu desempenho. Assim tem sido com Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiros – PROHORT, que integra as CEASAS - Centrais de Abastecimento de todo o Brasil, em parceria com o Ministério de Aquicultura e Pesca o Programa Feira do Peixe. A proposta é apoiar a infra-estrutura de distribuição e a venda de produtos, de modo que o varejista de pequeno porte e o pescador artesanal obtenha custos menores e renda garantida podendo dessa forma vender produtos mais baratos ao consumidor final. No âmbito do Rio de Janeiro permanecem as discussões para maior participação da CONAB na elaboração dos processos de gestão operacional e administrativa das funções das CEASAS no atendimento a rearticulação da rede de informações técnicas das unidades atacadistas regionais, devolvendo-lhes capacidade de sustentabilidade, desenvolvimento e integração com o objetivo de universalizar as informações geradas, com a disponibilização de trabalhos técnicos, acervo de trabalhos e informações técnicas sobre preços e quantidades dos produtos comercializados nas CEASAS do Estado.

A execução de políticas voltadas ao abastecimento alimentar, assegura atendimento as necessidades básicas do ser humano, a preservação, estímulo, desenvolvimento e aprendizado dos mecanismos de mercado na comercialização de produtos que possibilitem a garantia de renda ao produtor rural e a regularidade no abastecimento com o desenvolvimento de atividades que englobam a cadeia produtiva dos principais produtos agrícolas.

O ambiente de negócios da Superintendência Regional teve como foco principal o fomento e desenvolvimento do PAA, onde contribuiu para a regularidade do abastecimento e garantia de renda do produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento, e o segmento agrícola o objeto da estratégia de gestão, o elemento central desta missão. Destacamos ainda a necessidade da adoção na construção de melhorias no ambiente em

especial na infraestrutura de TI de forma a compatível com suas necessidades voltada para os objetivos do negócio. Além dessa infraestrutura, há que se destacar processos internos focados na informação e conhecimento, na formulação das políticas públicas e na execução da política agrícola e de abastecimento para o Estado em face do seu perfil consumidor e populacional.

No Estado do Rio de Janeiro o conhecimento do perfil do agricultor, a capacitação de técnicos e parceiros no atendimento para os Programas de Aquisição de Alimentos, a sistematização de procedimentos de supervisão junto aos beneficiários produtores e beneficiários consumidores, foram procedimentos que permitiram conhecer melhor a demanda de negócios/fomento ao setor agropecuário fluminense. Destaque-se ainda um segmento no perfil do agricultor familiar fluminense, em face do mercado da aquicultura e piscicultura que ainda deverá se desenvolver sob a égide desse Programa de fomento.

3 – Sustentação de Renda

3.1 – Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.
- Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.
- Contrato de Opção: permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.
- Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.
- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.
- Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.
- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o

Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

- Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Intervenções Realizadas em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por 35 produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão.

Especificamente no Estado do Rio de Janeiro a Conab não realizou intervenções para manutenção da renda dos produtores rurais por meio dos instrumentos acima referenciados, pois o Estado apresenta um alto grau de concentração populacional, cujo perfil econômico evidencia a relevante importância atribuída ao setor terciário no quadro econômico, caracterizando, de forma marginal, a participação do setor primário para a constituição monetária estadual.

Sendo o Rio de Janeiro, segundo os dados do IBGE, um município urbano, toda a prática agropecuária atribuída a este território remete-se a prática da agricultura urbana, campo propício para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

3.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do

Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

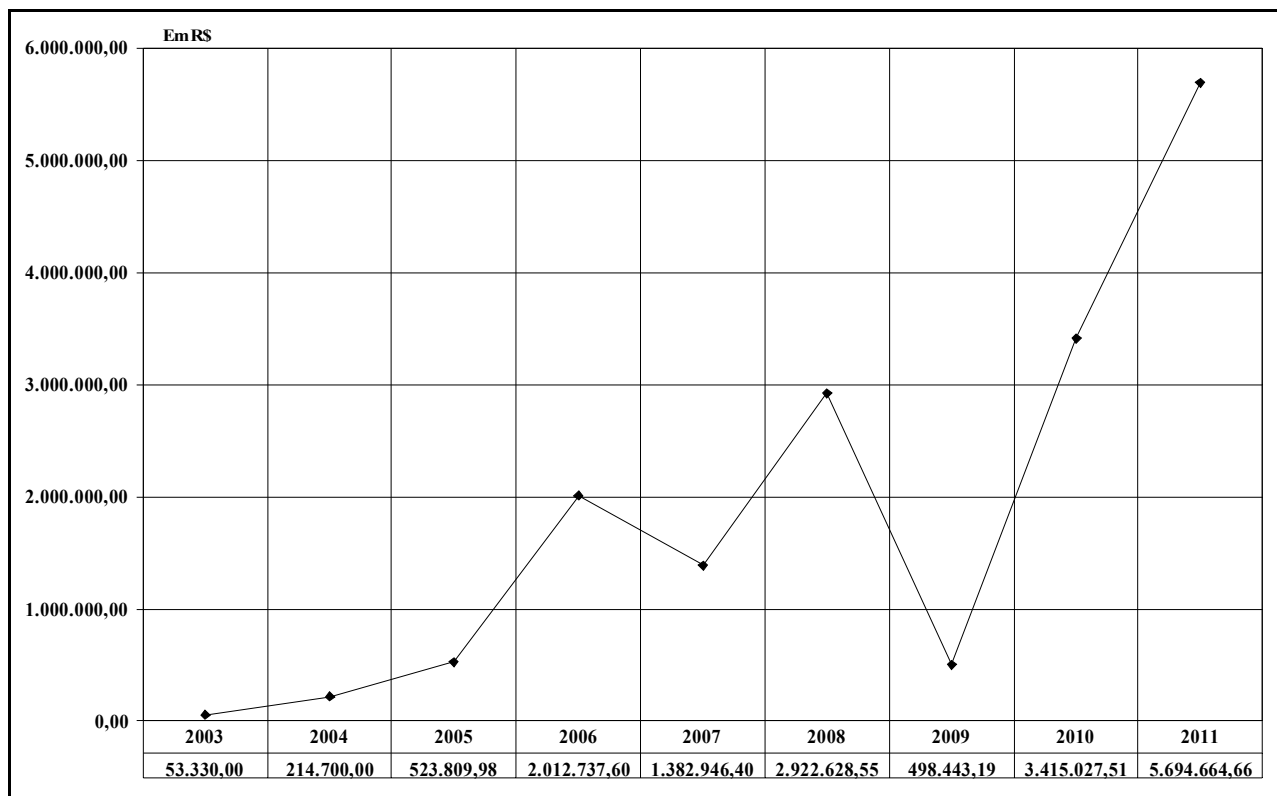
O Programa na Sureg Rio de Janeiro iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 24 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 1.247 famílias, com a aquisição de 3.934 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Sureg-RJ na aquisição de produtos.

Figura X – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-RJ



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, não houve demanda para aquisição por meio da CDAF, na Sureg/RJ, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR-Estoque.

Por meio da CPR-Estoque e com recursos do MDS e do MDA, foram adquiridas 32 toneladas de arroz e banana passa, atendendo a 33 produtores familiares, conforme detalhado no quadro seguinte.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 33 toneladas de produtos, atendendo a 29

produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
RJ	2	Arroz	4	17	17.999,10	-	-	-
		Banana Passa	-	-	-	29	15	130.500,00
Total Geral	2	-	4	17	17.999,10	29	15	130.500,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CPR-Doação foram doadas 3.934 toneladas de diversos produtos alimentícios a 165 instituições sociais, beneficiando 260.693 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
RJ	25	DIVERSOS	1.247	3.934	5.546.165,56	153	238.239
Total			1.247	3.934	5.546.165,56	153	238.239

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e após a avaliação dos produtos, emite as notas fiscais e realiza o pagamento em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CPR-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação é realizada pelos técnicos da CONAB uma análise das entidades que serão beneficiadas e da quantidade das pessoas assistidas, visando a homologação da Superintendência Regional e após o encaminhamento para a Matriz (DIPAI), para ratificação do projeto e liberação dos recursos financeiros.

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 – Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação

de insegurança alimentar e nutricional, e,

- Ação “Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 – Ações desenvolvidas

4.2.1 – Vendas dos Estoques Públicos

Vendas em Leilão Público, com Subvenção: Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovino cultores, caprino cultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

O Estado do Rio de Janeiro, que não possui produção da maioria destes produtos, objeto destas subvenções, participa do programa como destino dos produtos escoados, a fim de atender a região de consumo indicada nos Avisos, em face das demandas reprimidas aqui localizadas.

A utilização destes instrumentos de comercialização propiciam a manutenção da renda do setor rural na origem, reduz as flutuações de preço no mercado interno, garante a oferta e o abastecimento aos demandantes e diminui, substancialmente, as despesas do Governo Federal com a realização de volumosas e onerosas aquisições dos produtos, com a armazenagem e com as posteriores remoções para as regiões que forem demandando pelo consumo, além de deixar de utilizar grandes espaços para a guarda destes estoques públicos.

A operacionalização destes Prêmios de escoamento estabelece que toda a documentação comprobatória exigida seja apresentada nas Regionais de destino, onde é requerido um grande esforço na instrução dos processos, nas conferências e nas análises com vista ao pagamento dos prêmios objeto da subvenção.

No ano de 2011 nas operações de VEP realizadas pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, foram movimentadas 2.789 t de milho oriundos do Mato Grosso do Sul, num total de R\$ 5.020,20(cinco mil, vinte reais e vinte centavos)

Quadro V - Quantidade movimentada com o VEP no Rio de Janeiro e valor da subvenção

Aviso	Origem	Data do Protocolo	Quantidade Comprovada/t	Valor da Subvenção/R\$
19	MS	21/03/11 a 04/04/11	2.789,00	5.020,20
Total			2.789,00	5.020,20

Fonte : SUREG-RJ

4.2.2 – Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadores artesanais e/ou outros em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

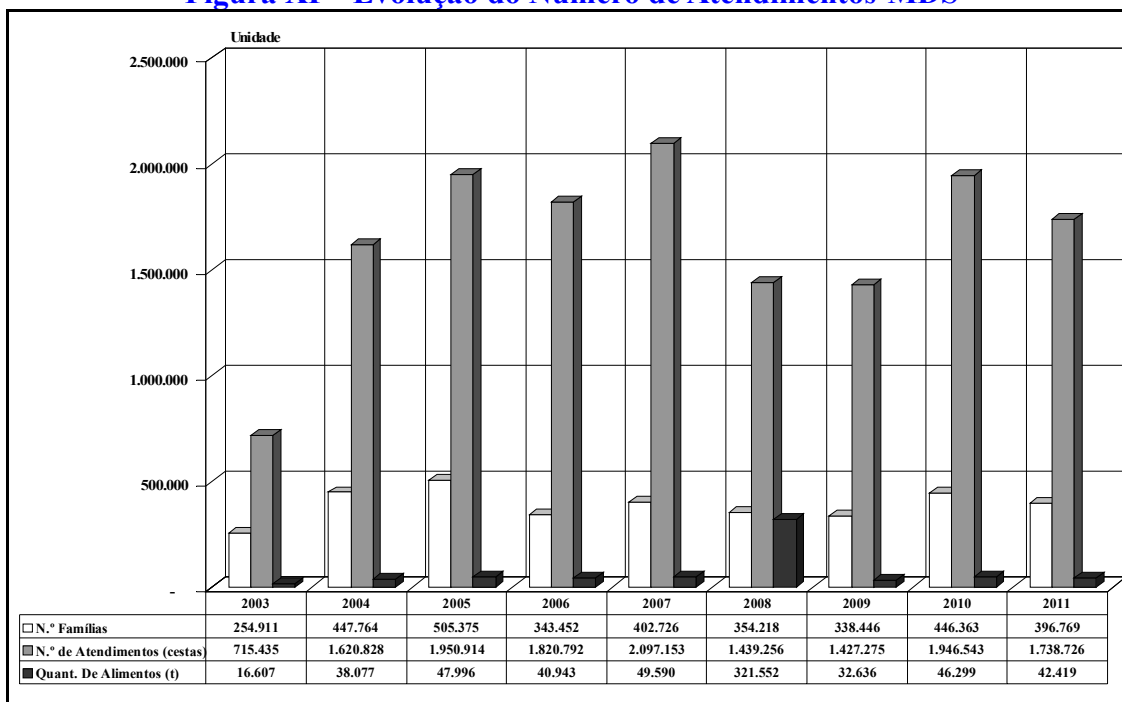
Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em janeiro de 2011, o MDS, através da Sureg-RJ, doou a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o quantitativo de 15.000 cestas de alimentos, sendo cada cesta composta por aproximadamente 23 Kg de alimentos, para atendimento às famílias afetadas pelo excesso de chuva, que atingiram diversos municípios da Região Serrana, tendo sido distribuídos o quantitativo de 331 toneladas de alimentos.

A SUREG/RJ atendeu a 20.837 famílias em situação de insegurança alimentar, realizando 36.254 atendimentos com a entrega de 1.039 kg de alimentos. Os beneficiários foram 1805 famílias de acampados, 582 famílias remanescentes dos quilombolas, 1850 famílias pertencentes as comunidades de terreiro e 16.600 famílias nos atendimentos especiais em virtude da calamidade das chuvas ocorridas no início de 2011.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na Figura abaixo.

Figura XI – Evolução do Número de Atendimentos-MDS



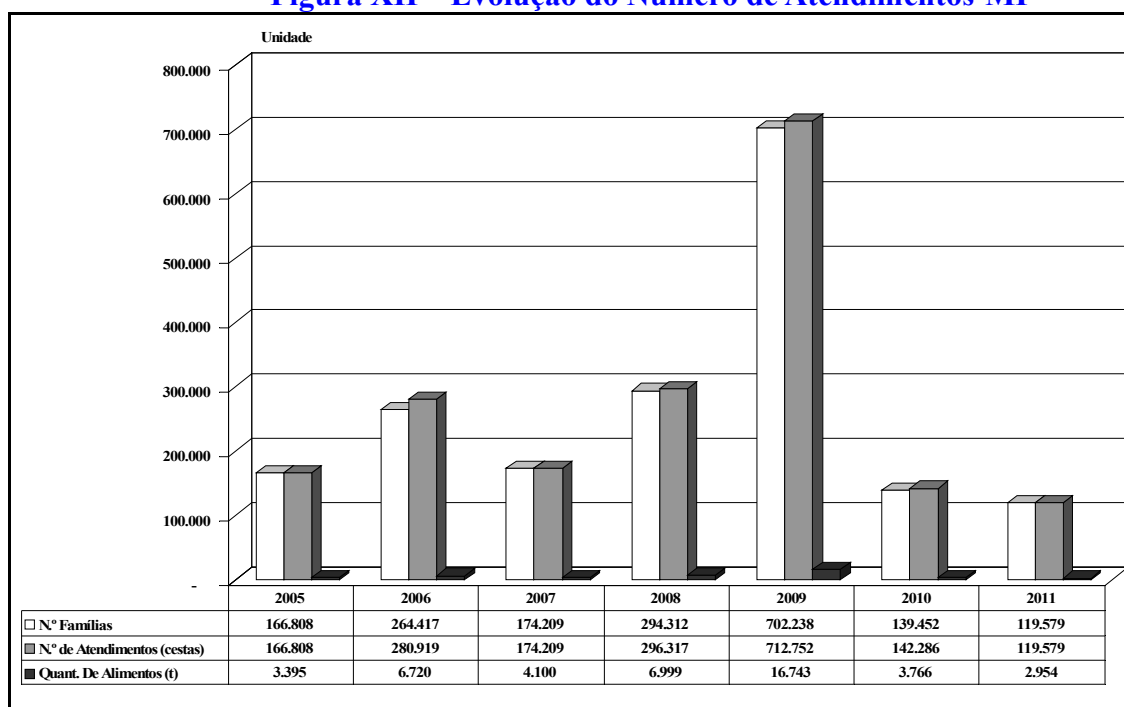
Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2011 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Em janeiro de 2011, o MI - Ministério da Integração Nacional, repassou à Defesa Civil/RJ, para atendimento as famílias dos municípios afetados pelas chuvas, o total de 2.000 cestas de alimentos, perfazendo 58 toneladas de produtos, sendo a doação em pauta acrescida de arroz, farinha de mandioca, óleo, açúcar e macarrão, equivalentes à 66 toneladas, tendo o somatório de cestas e produtos, totalizado 124 toneladas, cujos alimentos estavam armazenados e sob a custódia da Conab-RJ na UA/Lyra Tavares. Complementando a doação de alimentos, realizou ainda a doação de diversos materiais de assistência humanitária, que também estavam armazenados na UA supracitada, tais como: 1.900 cobertores, 45 colchões, 1.900 fronhas, 1.900 toalhas e 1.900 travesseiros totalizando assim, 9.545 unidades de materiais diversos.

Figura XII – Evolução do Número de Atendimentos-MI



Fonte: Supab/Gepab

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 14.177 toneladas de produtos alimentícios.

Entre os meses de fevereiro e março/2011 a Conab-RJ efetuou a suplementação das cestas de alimentos, através da doação de 213.840 litros de leite UHT (longa vida), oriundos de operação de remoção do PAA/SC, para atendimento prioritário as famílias afetadas pelo excesso de chuvas ocorrido em janeiro/2011 na região serrana do nosso estado, tendo sido doados, 163.840 litros aos municípios mais afetados, através da interveniência da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Os demais 50.000 litros restantes foram disponibilizados ao Sesc Nacional Mesa Brasil, no total de 30.000 litros para doação à famílias cadastradas, atendidas por projetos sociais próprios daquela entidade, como resultado da contrapartida pelo auxílio prestado a Conab/RJ, inerente à disponibilização de veículos, essenciais para o transporte e distribuição do leite longa vida na região serrana, e 20.000 litros foram doados às prefeituras dos municípios de Porciúncula, Itaperuna e Varre-Sai, situados no entorno da região serrana, e que, também, foram afetados pelo referido desastre natural.

Em maio/2011 a Secretaria Nacional de Defesa Civil, autorizou a Conab/RJ a realizar a doação em caráter excepcional, de 3.996 pacotes de biscoito de cocô/400 gramas e 4.000 kg de leite em pó, produtos estocados na UA/Lyra Tavares/RJ, beneficiando mais de 68.000 pessoas cadastradas no banco de alimentos do Sesc Adm. Regional/RJ, como também nos bancos de alimentos das Secretarias Municipais de Assistência Social de Nova Iguaçu e Mesquita/RJ.

Com relação a doação para a Conab/RJ de 17.418,24 kg de sopão de carne com macarrão, realizada pela empresa Sobasico Ind. e Com. de Alimentos Ltda, informamos que com a aquiescência do citado fabricante, o produto em pauta (acondicionado em 672 caixas, contendo cada cx./144 pacotes de 180 gramas) foi distribuído em junho/2011, aos bancos de alimentos do Sesc Adm. Regional/RJ e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu e Mesquita/RJ, beneficiando aproximadamente 75.000 pessoas através do preparo da referida refeição.

Com base no disposto no Termo de Cooperação nº 007/2010, firmado com o MDS/SESAN, a Conab/RJ durante o ano de 2011, realizou a doação/distribuição, do quantitativo correspondente a 05 etapas / família / ano, para atendimento médio de 4.458 famílias cadastradas em cada etapa, sendo as mesmas, pertencentes as comunidades específicas dos acampados sem terra assistidos pelo Incra (aproximadamente 1.226 famílias), dos Quilombolas (582 famílias), dos Terreiros (1.850 famílias) e doação de 03 etapas aos catadores de material reciclável, do nosso estado (800 famílias). Desta forma, de janeiro a dezembro de 2011 foram doadas aproximadamente 22.290 cestas, com o quantitativo de doações girando em torno de 513 toneladas de alimentos, beneficiando aproximadamente 4.458 famílias.

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.212 toneladas, das quais 122 toneladas couberam ao RJ, correspondendo a 0,58% do total nacional.

No decorrer do ano de 2011, a Conab/RJ realizou a doação de 122.425 kg de feijão anão cores/PGPM – lei nº12058/09, safra 2008/2009, tendo o referido produto sido doado a Defesa Civil-RJ para a composição de 15.000 cestas de alimentos, distribuídas durante a calamidade na região serrana-RJ, como também, para integrar as cestas destinadas a 04 comunidades específicas (Incra, Seppir, Quilombolas e Coppetec), atendimento a área social ou banco de alimentos de 04 Prefeituras e a 10 entidades assistenciais, tendo beneficiado aproximadamente 245.035 pessoas.

e) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Para o envio de assistência humanitária, a Conab possui na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, um Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro procura atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, porém não foram registrados envio de produtos alimentícios a outros países através do Posto de Assistência Humanitária do Rio de Janeiro.

5 – Prestação de Serviços (correspondente ao Item 06 da DN 108/2010)

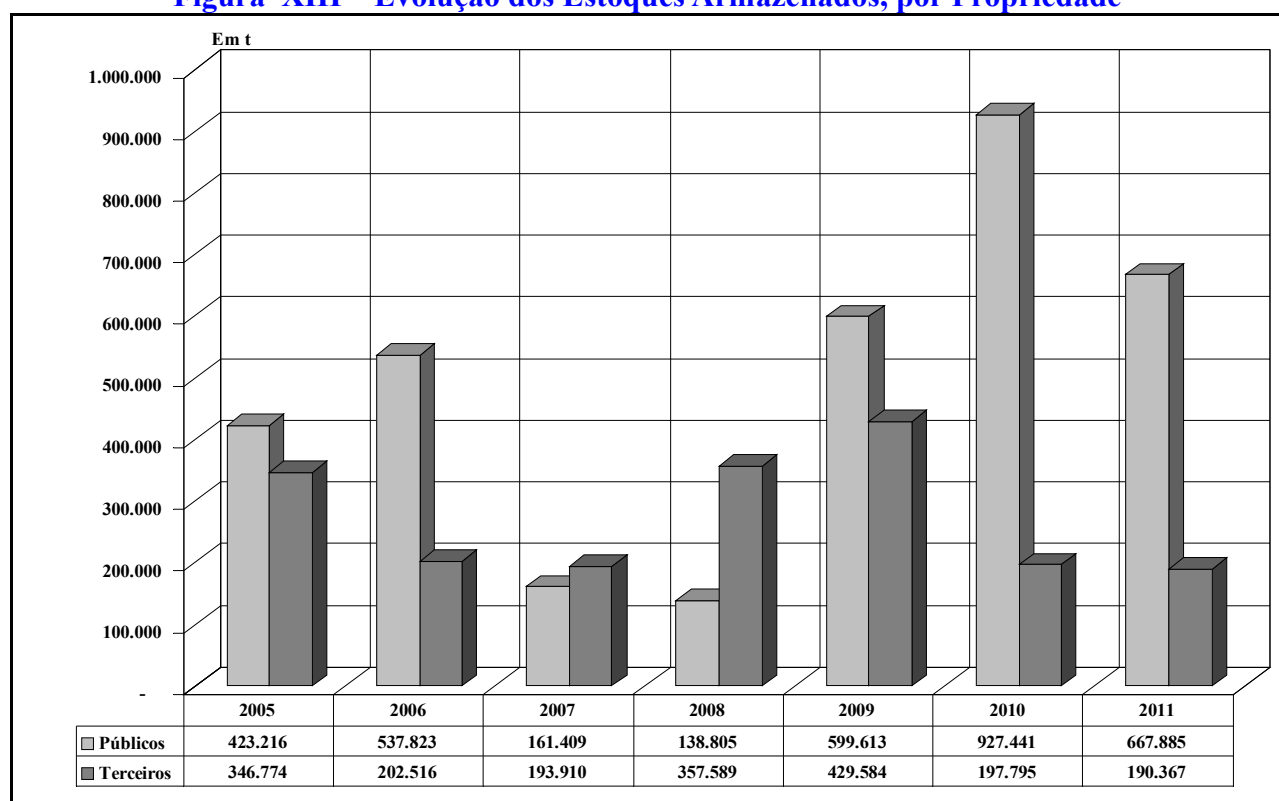
5.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A Sureg/RJ não utiliza propriedade de terceiros para armazenagem de produtos.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

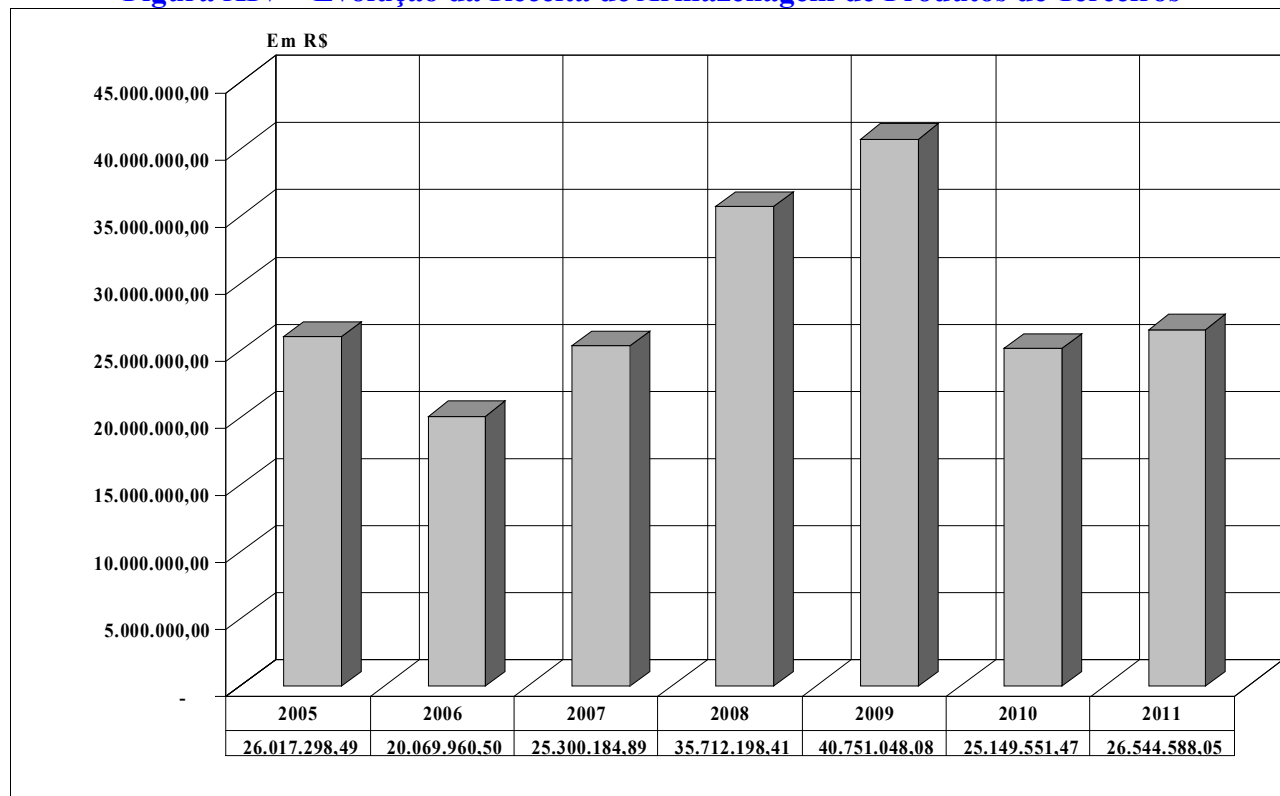
No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias de toda a Conab 118.789 toneladas de produtos de terceiros.

No Rio de Janeiro a Unidade Lyra Tavares armazenava o quantitativo de 9.109.231 kg de produtos de terceiros correspondentes a um montante de R\$ 6.787.612,40.

5.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XIV – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros



Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

Contudo, na Sureg/RJ, observa-se nas receitas auferidas através de terceiros, que o estoque médio apresentado no quadro abaixo demonstra que houve um decréscimo de 11% em relação ao ano anterior, creditado em parte a ocupação dos elevados volumes de produtos destinados aos atendimentos sociais que passaram a ser armazenados naquela Unidade.

Quadro VI – Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros na Sureg/RJ

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/RJ	-	-	-	-	-	-	-
Lyra Tavares	252.662,12	464.873,32	597.300,07	613.539,38	497.157,79	475.664,98	425.888,35
Total-Sureg	252.662,12	464.873,32	597.300,07	613.539,38	497.157,79	475.664,98	425.888,35

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

5.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$25.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

Quadro VII – Demonstrativo do Resultado do Exercício

Discriminação	Conab	Total
Receita de Vendas e Serviços	26.547.933,05	26.547.933,05
Receita de Vendas	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
Receita de Serviços	26.544.588,05	26.544.588,05
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	3.164.555,99
=receita líquida de vendas e serviços	23.383.436,81	23.383.436,81
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
=lucro bruto operacional	23.383.449,12	23.383.449,12
-Despesas Operacionais	1.070.814.494,39	1.070.814.494,39
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
Receitas Operacionais Diversas	1.072.837.610,52	1.072.837.610,52
Resultado Não Operacional	21.175.277,13	21.175.277,13
Resultado	46.581.842,38	46.581.842,38

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

Os dois quadros a seguir, demonstram que a unidade Lyra Tavares não obteve resultados satisfatórios em decorrência da baixa contratação de estoques de terceiros em face da ocupação do armazenamento com produtos destinados aos atendimentos sociais, bem como as suas condições estruturais que não tem permitido incrementar a ocupação em face da necessidade de obras de manutenção na cobertura dos armazéns, já inscritas na Programação Orçamentária. Ainda assim, as vendas de serviços somaram uma receita líquida de R\$365.200,13.

Quadro VIII – Estoque Médio Armazenado na UA Lyra Tavares

Estoque	Estoque Médio Armazenado (Em t)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Público	182	571	435	640	1.491	2.373	400
Terceiros	10.573	8.640	8.640	8.640	6.426	6.031	9.236
Total	10.755	9.211	9.075	9.280	7.917	8.404	9.636

Fonte: Suarm/Gearm

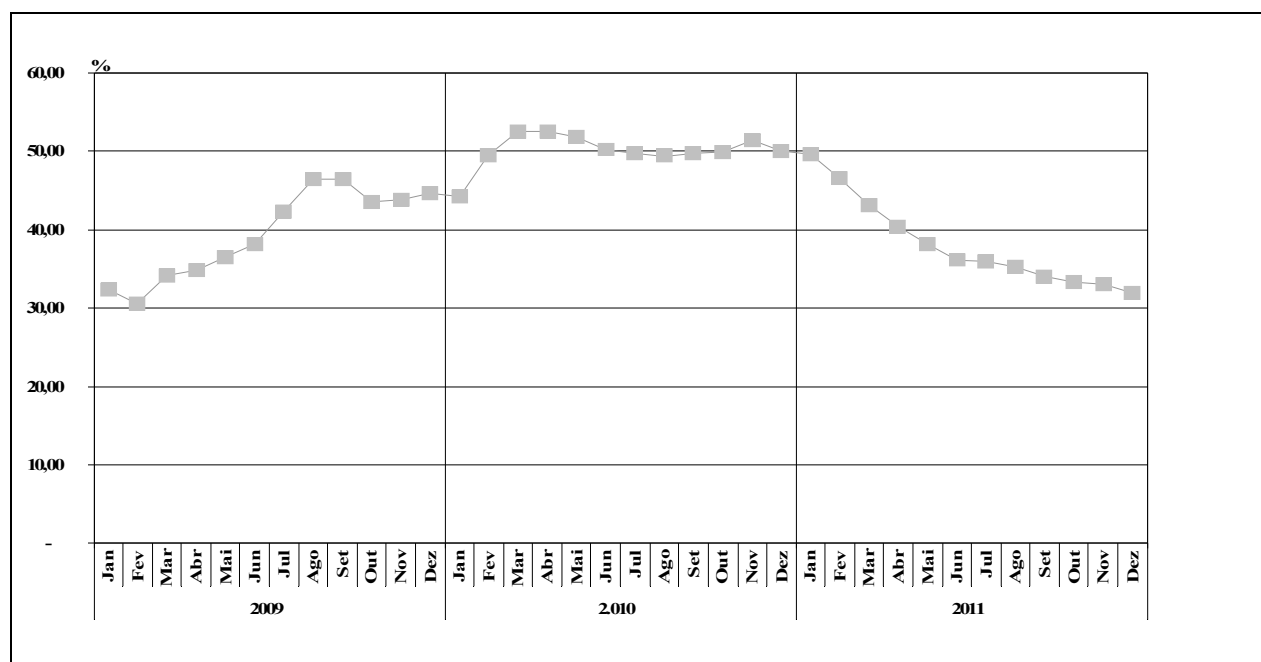
Quadro IX – Demonstrativo do Resultado do Exercício na Sureg/RJ

Discriminação	Unidade		Total
	Sede	Lyra Tavares	
Receita de Vendas e Serviços	-	425.888,35	425.888,35
Receita de Vendas	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	-	-	-
Repasse de Vendas em Balcão	-	-	-
Recebimento da Agricultura Familiar	-	-	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-	-	-
Vendas Abastecimento Social	-	-	-
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-
Repasse de Vendas do Funcafé	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-
Receita de Serviços	-	425.888,35	425.888,35
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-	60.688,22	60.688,22
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	365.200,13	365.200,13
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	-	365.200,13	365.200,13
-Despesas Operacionais	15.938.659,14	2.683.081,56	18.621.740,70
Despesas de Pessoal	13.442.370,67	1.839.374,23	15.281.744,90
Despesas Financeiras	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	2.496.288,47	843.707,33	3.339.995,80
Receitas Operacionais Diversas	20.520.666,22	1.925.032,32	22.445.698,54
Resultado Não Operacional	33.725,00	17.249,96	50.974,96
Resultado	4.615.732,08	(375.599,15)	4.240.132,93

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

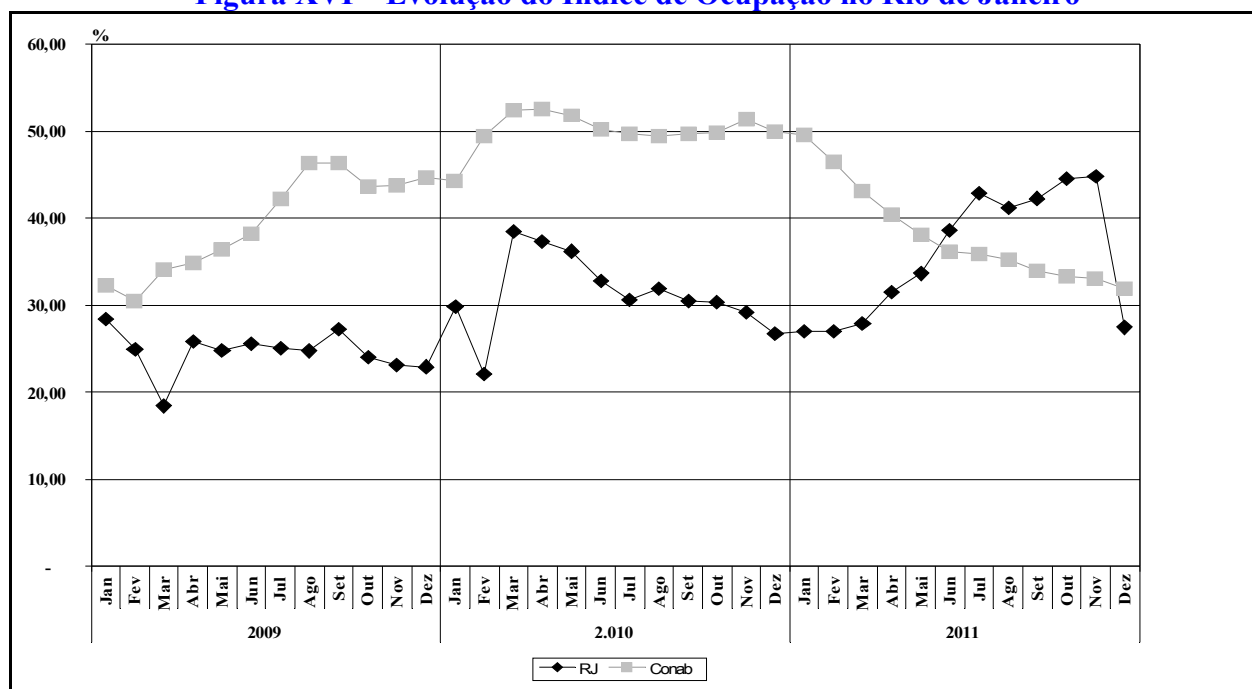
Figura XV – Evolução do Índice de Ocupação



Fonte: Suarm/Gearm

O índice de ocupação da Unidade Lyra Tavares durante o ano de 2011 alcançou o percentual máximo de 45% no final do segundo semestre do ano, boa parte em função da estocagem de produtos não perecíveis destinados aos festejos de fim de ano, observando-se que há uma sensível queda no mês de dezembro, período em que esses produtos são retirados do armazém e destinados ao comércio em geral. Em relação aos anos de 2010 e 2009 a ocupação apresentou um crescimento no índice de ocupação, visto que a ocupação máxima em 2010 deu-se em fevereiro e no ano de 2009 em setembro, contudo situaram-se entre 27% e 38%, valores aquém aos auferidos em 2008.

Figura XVI – Evolução do Índice de Ocupação no Rio de Janeiro



Fonte: Suarm/Gearm

Na prestação de serviços de estocagem ao público em geral a Unidade armazenou em 2011 diversos produtos em ambiente natural, com destaque para **produtos industrializados diversos, Açúcar e Alho** que renderam receitas de R\$ 2.822.136,95, R\$ 1.428.870,00 e R\$ 994.299,00 respectivamente, que somados aos demais produtos atingiram o montante de R\$ 6.787.612,40.

Quadro X– Estoques de Terceiros

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
RJ	Lyra Tavares	Acúcar	1.100.000	1.428.870,00
		Alho	499.828	994.299,00
		Arroz	195.156	238.946,00
		Bebidas	4.540	110.267,73
		Castanhas/amêndoas	9.000	38.097,00
		Embalagens	8.176	5.784,00
		Feijão	65.597	91.744,00
		Frutas e derivados	143.747	291.954,00
		Outros produtos alimentícios	137.568	765.513,72
		Produtos industrializados/Manufaturados	244.094	2.822.136,95
		Reserva de espaço	6.701.525	0,00
Total			9.109.231	6.787.612,40

Fonte: Suarm/Gearm

6 – Administração de Estoques Públicos (correspondente ao Item 07 da DN 108/2010)

6.1 – Rede Armazenadora

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 17.627 armazéns com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas, e destas apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no próximo quadro.

Na jurisdição da Sureg Rio de Janeiro, 27 armazéns estão cadastrados, apresentando uma capacidade estática de 182.548 t., sendo 103.498 t. Para armazenagem convencional e 79.050 t. Para armazenagem na modalidade granel. Contudo, do total de armazéns cadastrados, apenas dois encontram-se credenciados a armazenar estoques públicos. Os 25 (vinte e cinco) armazéns existentes no RJ não estão credenciados para o atendimento dessa condição.

Quadro XI – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

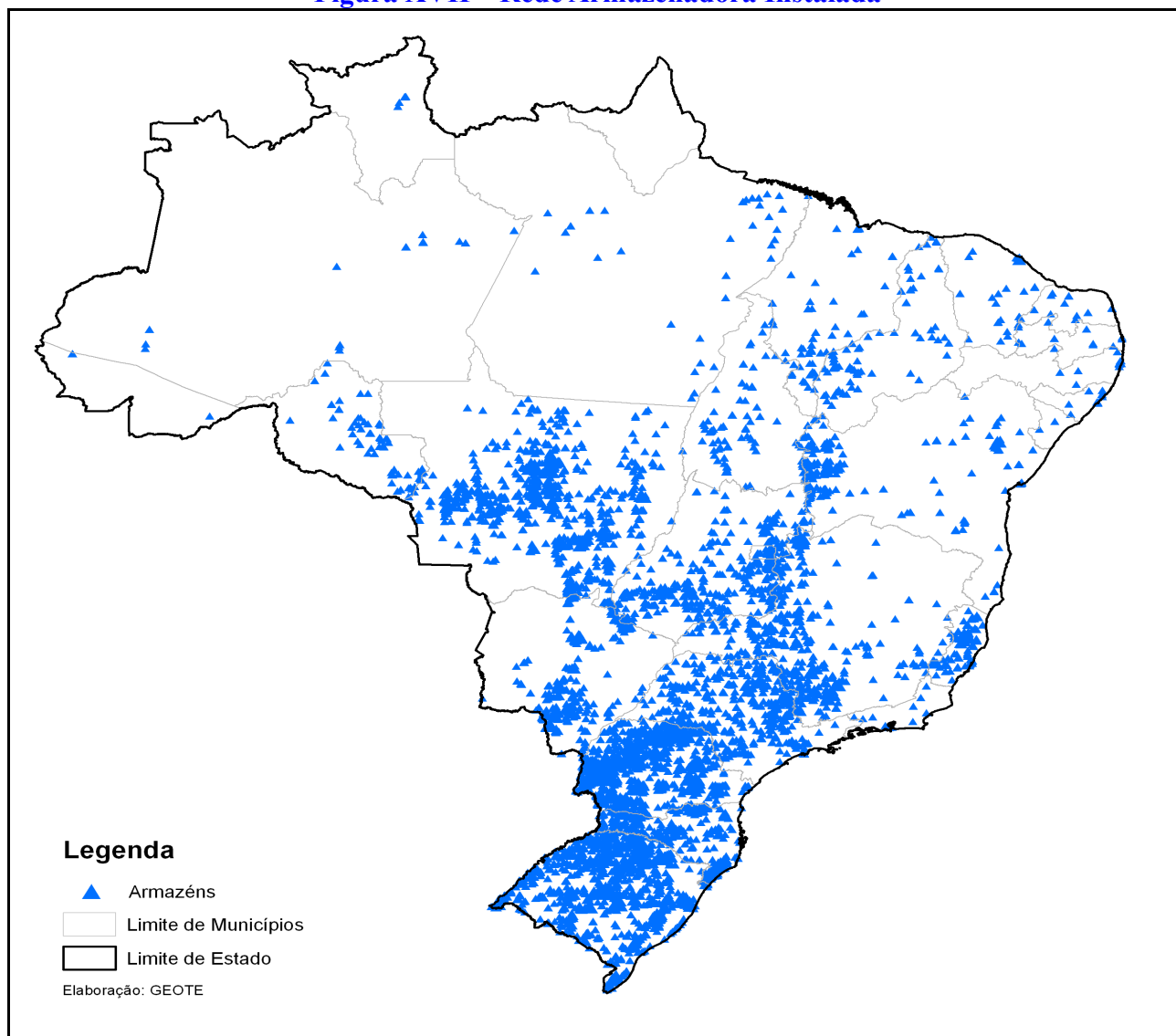
UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
AC	14	28.486	0	28.486	1	807	13	27.679
AL	73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717
AM	40	61.395	314.884	376.279	2	4.724	38	371.555
AP	1	816	0	816	0	0	1	816
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
CE	102	216.233	130.540	346.773	3	56.058	99	290.715
DF	90	150.671	313.575	464.246	5	63.598	85	400.648
ES	234	568.178	815.451	1.383.629	3	83.579	231	1.300.050
GO	897	1.325.615	10.591.229	11.916.844	81	1.847.094	816	10.069.750
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
MG	1.191	2.887.783	5.315.801	8.203.584	51	887.477	1.140	7.316.107
MS	817	628.360	6.545.200	7.173.560	61	1.060.780	756	6.112.780
MT	2.120	2.316.750	25.176.930	27.493.680	178	3.079.435	1.942	24.414.245
PA	131	208.284	373.014	581.298	5	26.060	126	555.238
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21	71.399
PE	107	423.001	582.647	1.005.648	4	28.445	103	977.203
PI	139	94.770	858.075	952.845	6	23.890	133	928.955
PR	3.579	5.489.181	22.407.800	27.896.981	537	6.559.708	3.042	21.337.273
RJ	27	103.498	79.050	182.548	2	26.578	25	155.970
RN	20	52.417	5.287	57.704	6	27.887	14	29.817
RO	115	197.337	372.147	569.484	6	33.824	109	535.660
RR	27	35.931	112.069	148.000	4	9.225	23	138.775
RS	4.562	2.624.798	28.154.740	30.779.538	383	4.634.156	4.179	26.145.382
SC	961	728.549	4.243.428	4.971.977	79	731.102	882	4.240.875
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
SP	1.456	5.747.884	7.288.895	13.036.779	58	1.048.529	1.398	11.988.250
TO	123	358.776	810.488	1.169.264	3	33.199	120	1.136.065
Total	17.627	25.528.221	119.663.290	145.191.511	1.527	20.428.920	16.100	124.762.591

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. A primeira com cerca de 43,84% da capacidade estática instalada, enquanto as

demais possuem 32,40% e 15,71%, respectivamente.

Figura XVII – Rede Armazenadora Instalada



Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 45,24% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 13,24%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas evoluindo para os sistemas coletor, intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos

precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

Os armazéns cadastrados na jurisdição da Sureg RJ apresentam localização predominantemente urbana, onde do total da capacidade que é de 182.548 t., cerca de 110.211 t. Localizam-se em Zona Urbana, 49.640 t., na Zona Portuária 11.005 em propriedades rurais e 11.692 na Zona Rural, o que significa dizer que aproximadamente 88% estão localizados na capital e seu entorno.

Quadro XII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
AC	-	-	28.486	-	28486
AL	890	189.492	95.547	264.723	550652
AM	2.250	-	38.595	335.434	376279
AP	-	-	816	-	816
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
CE	-	144.042	194.291	8.440	346.773
DF	86.842	-	160.943	216.461	464.246
ES	38.346	759.000	465.321	120.962	1.383.629
GO	1.227.247	110.827	3.855.269	6.723.501	11.916.844
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
MG	1.225.962	-	4.667.034	2.310.588	8.203.584
MS	1.410.787	-	1.951.720	3.811.053	7.173.560
MT	7.904.331	19.954	9.655.922	9.913.473	27.493.680
PA	30.117	82.325	159.960	308.896	581.298
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
PE	28.200	439.094	393.344	145.010	1.005.648
PI	220.993	-	59.608	672.244	952.845
PR	1.272.840	2.662.201	15.550.667	8.411.273	27.896.981
RJ	11.005	49.640	110.211	11.692	182.548
RN	-	-	40.852	16.852	57.704
RO	101.370	59.595	303.309	105.210	569.484
RR	-	-	129.575	18.425	148.000
RS	1.604.461	1.646.155	16.782.801	10.746.121	30.779.538
SC	162.996	576.882	2.872.378	1.359.721	4.971.977
SE	-	-	3.221	-	3.221
SP	1.214.098	1.829.264	6.471.887	3.521.530	13.036.779
TO	259.729	-	269.512	640.023	1.169.264
Total	19.217.439	8.791.300	65.681.733	51.501.039	145.191.511

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto de observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 19,% da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 4,0%, o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 41,7% da capacidade estática é de uso público enquanto 58,3% é de uso exclusivo dos proprietários.

No âmbito da Sureg/RJ da capacidade total de armazenagem de 182.548 t. do Estado, 75,5% pertencem por entidades privadas, o que corresponde a 137.834 t., o restante pertence as entidades oficiais correspondendo a 44.714 toneladas. A utilização da capacidade estática é distribuída da seguinte forma 77.090 t. Com utilização pública e 105.548 com utilização por entes privados.

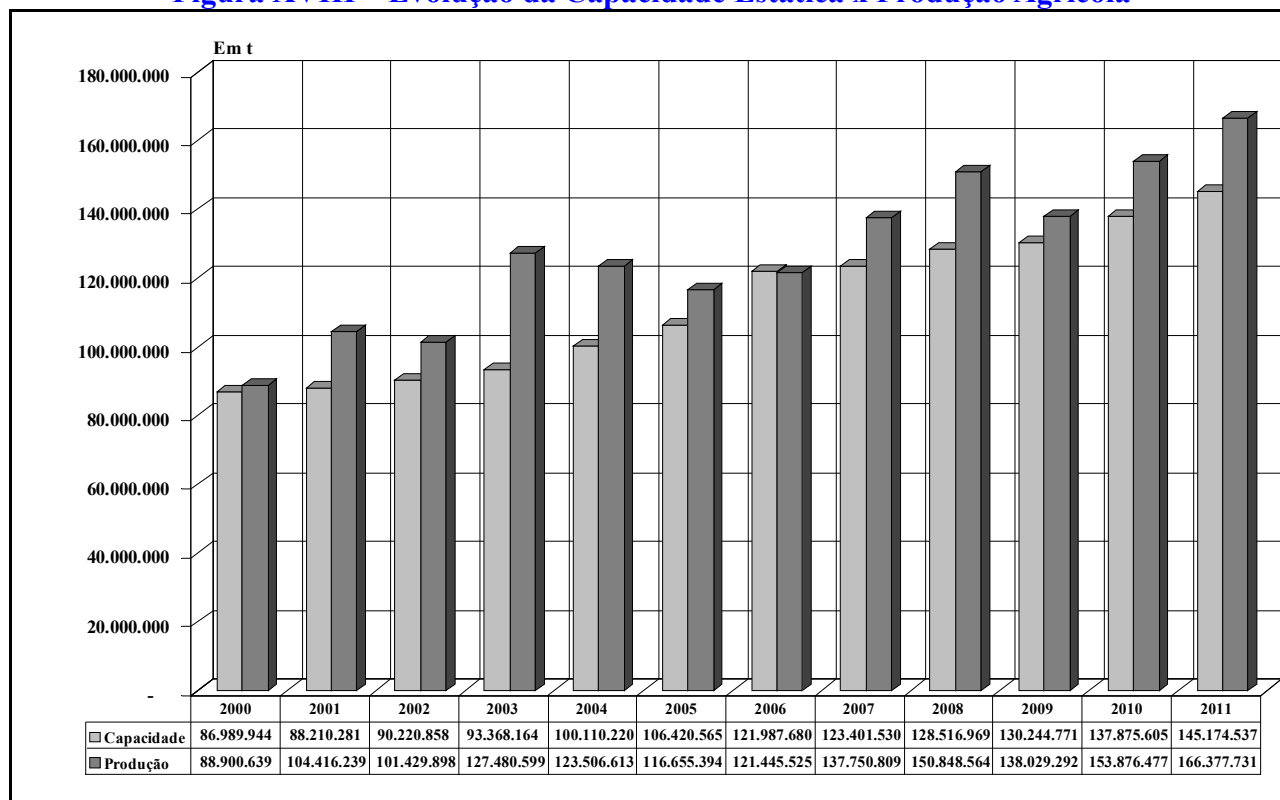
Quadro XIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade (em t)

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
AC	-	28.486	-	28.486	-
AL	117.245	54.897	378.510	54.897	495.755
AM	7.726	16.376	352.177	119.764	256.515
AP	-	816	-	-	816
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
CE	26.735	144.182	175.856	124.291	222.482
DF	67.439	63.598	333.209	115.385	348.861
ES	32.351	155.414	1.195.864	354.281	1.029.348
GO	1.266.758	195.862	10.454.224	6.998.014	4.918.830
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
MG	1.658.984	936.022	5.608.578	4.408.306	3.795.278
MS	1.282.192	186.988	5.704.380	2.400.204	4.773.356
MT	900.588	213.523	26.379.569	13.138.782	14.354.898
PA	35.010	107.983	438.305	120.658	460.640
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021
PE	1.320	136.826	867.502	219.664	785.984
PI	15.752	23.890	913.203	23.890	928.955
PR	11.784.953	1.202.351	14.909.677	8.952.766	18.944.215
RJ	-	44.714	137.834	77.090	105.458
RN	7.948	27.887	21.869	30.625	27.079
RO	59.833	25.575	484.076	299.673	269.811
RR	-	9.225	138.775	9.225	138.775
RS	6.924.690	634.385	23.220.463	12.365.328	18.414.210
SC	1.919.336	127.961	2.924.680	2.075.902	2.896.075
SE	-	3.221	-	3.221	-
SP	2.362.322	1.397.494	9.276.963	7.217.851	5.818.928
TO	215.608	33.199	920.457	639.368	529.896
Total	28.837.669	5.894.547	110.459.295	60.515.047	84.676.464

Fonte: Suarm/Gecad

No Brasil, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

Figura XVIII – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola



Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a ocorrência de déficit ou superávit em nível municipal. Para o resultado apresentado foram utilizadas tão somente a capacidade estática instalada e a produção agrícola de 2011 (algodão – herbáceo e arbóreo-, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca – 25% do total de raiz produzida-, milho, rami, soja, sorgo, trigo, triticale, cacau, café, castanha de caju, guaraná e sisal).

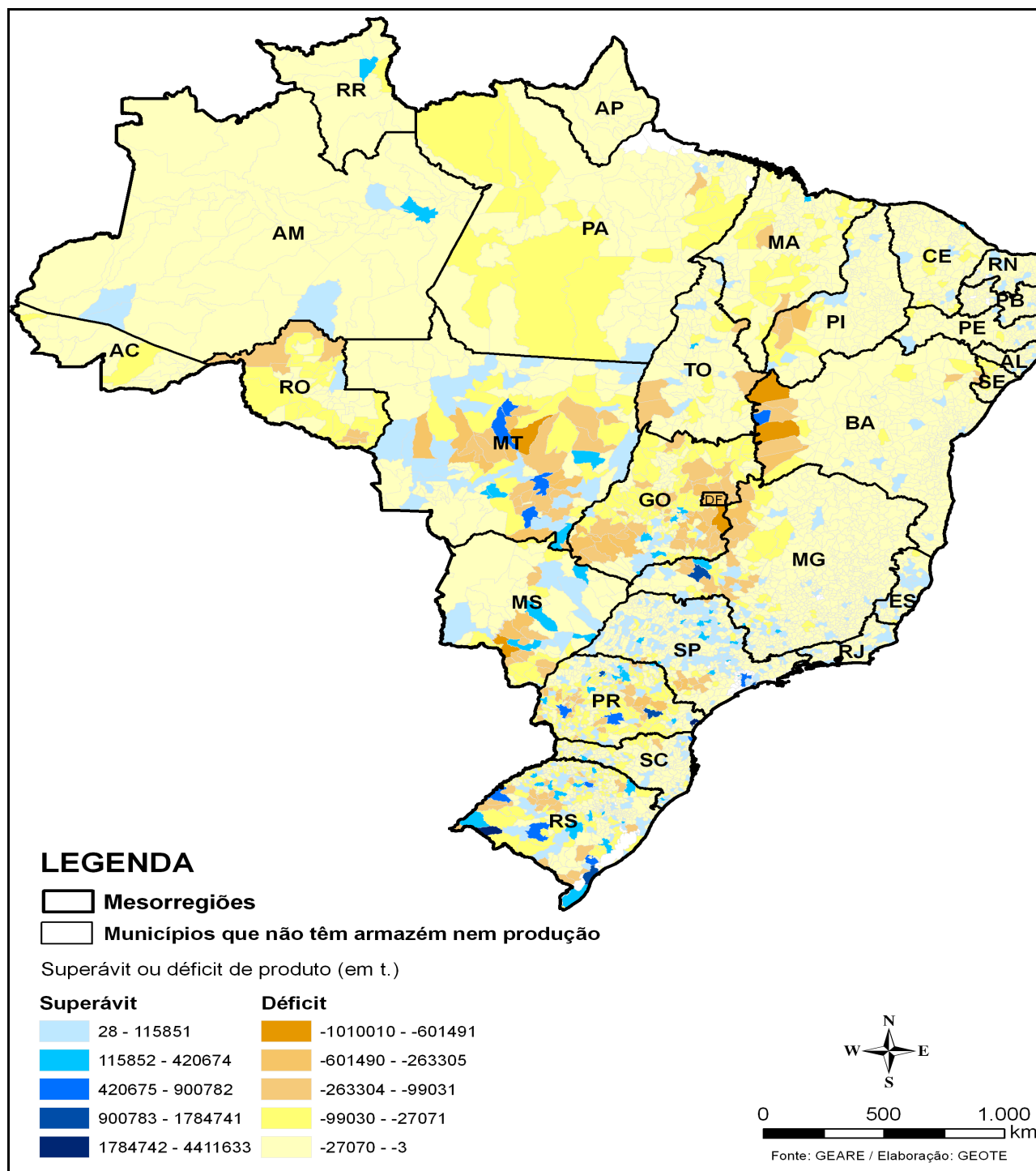
Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

Dos 5.564 municípios incluídos na pesquisa foram registrados superávits de armazenagem em apenas 608 em decorrência da maior produção agrícola ou de se caracterizarem como polos de atração dos fluxos de produtos devido a ocorrência de agroindústrias ou em apoio às exportações. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) os maiores superávits registrados nos municípios de Quaraí - RS (4.411.633 t), Paranaguá - PR (2.859.193 t), Santos - SP (1.784.741 t), Ponta Grossa - PR (1.690.127 t), Maringá (1.316.451 t), Rio Grande - RS (1.209.556 t), Uberlândia - MG (1.109.826 t), Pelotas - RS (900.782 t), Rondonópolis - MT (853.784 t), Primavera do Leste - MT (812.375 t), Sinop - MT (790.801 t) e São Paulo - SP (705.139 t). Por outro lado, os maiores déficits foram registrados em áreas de grande produção, tais como: São Desidério - BA (1.010.010 t), Formosa do Rio Preto - BA (974.768

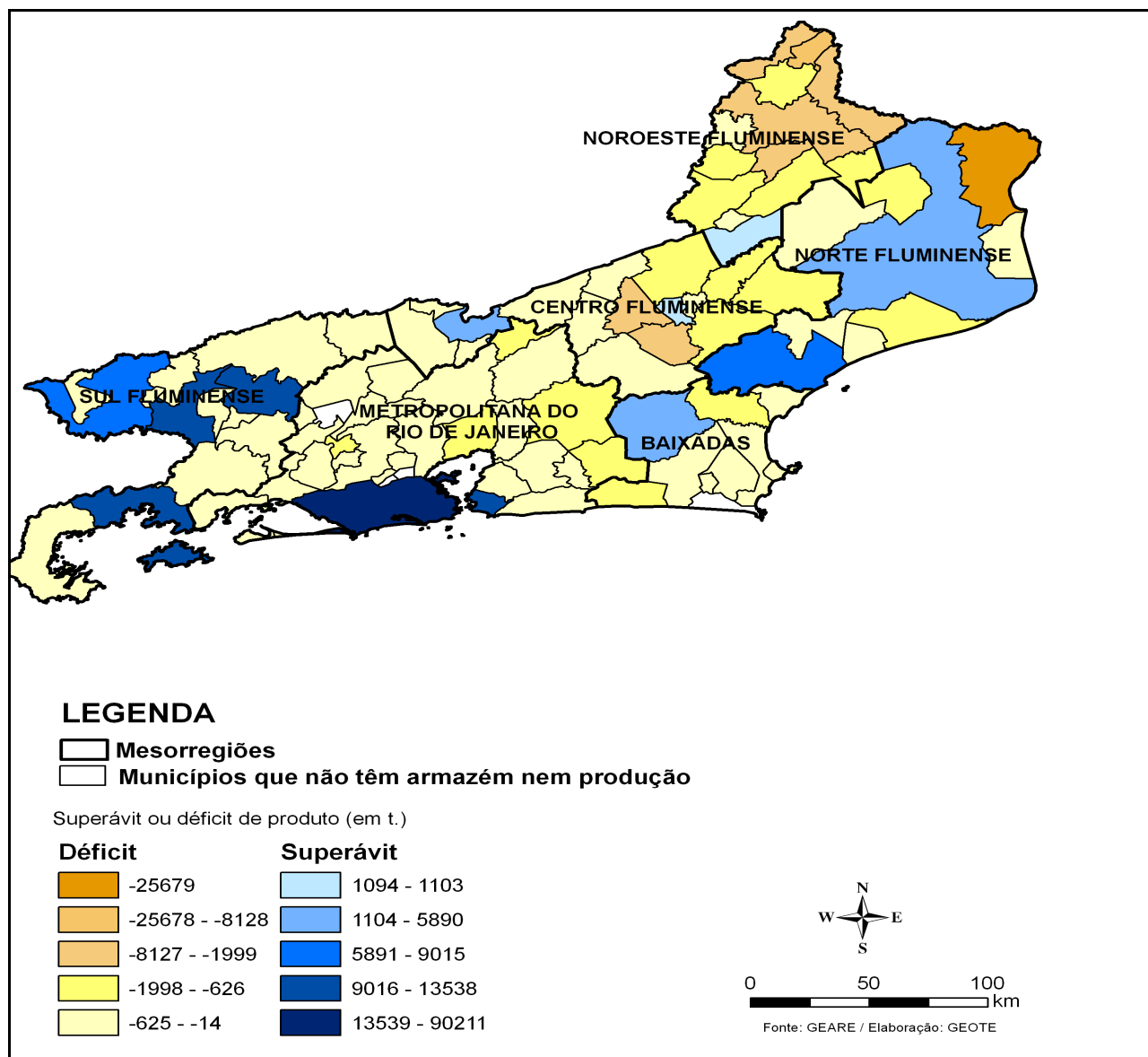
t), Cristalina - GO (912.138 t), Nova Ubiratã - MT (692.751 t), Ponta Porã - MT (601.491 t), Diamantino - MT (479.280 t).

Figura XIX – Armazenagem por Município - Brasil



Dos 92 municípios incluídos na pesquisa foi registrado déficit de armazenagem em 72. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit em 16 municípios, destacando-se Rio de Janeiro (90.211 t), Barra Mansa (13.538 t) e Niterói (11.500 t). Por outro lado, os maiores déficits ocorrem nos municípios de Varre-Sai (8.128 t) e São Francisco de Itabapoana (25.679 t).

Figura XX – Armazenagem por Município – Rio de Janeiro



6.1.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total. No Rio de Janeiro há um armazém geral de ambiente natural, a UA Lyra Tavares, localizado à Rua Sargento Sílvio Hollembach nº 220, em Barros Filho/RJ, integrado por 02 unidades, com uma capacidade estática de armazenagem total para 12 mil toneladas. Há, também, duas edificações denominadas Hortomercados, localizados uma no Humaitá e outra no Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro.

A UA Lyra Tavares conta com equipamentos operacionais necessários ao recebimento, expedição e movimentação das cargas e à guarda dos produtos. As instalações físicas desta unidade armazenadora, além de obras nos telhados, com vista à proteção das mercadorias, demandam também por obras a fim de adequar a algumas exigências do MAPA, bem como às de certificação de unidade armazenadora.

Quadro XIV – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	Nº Unidades	Nº de Armazéns	Capacidade (Fmt)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
RJ	1	2	26.578	0	0	26.578
Total Nacional	97	176	981.177	1.265.082	21.500	2.267.759

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de R\$63.088.000,00, a qual foi atualizada para R\$49.558.000,00, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012. Não foram registrados investimentos na Unidade Armazenadora desta Superintendência Regional.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XV – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício								Total				
	2012		2013		2014		2015						
	N.º de Capacidade Unidades (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Capacidade Unidades (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Capacidade Unidades (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Capacidade Unidades (Em t)	Valor (R\$)					
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	40	522.400	0,00	675.000,00	
Cerca e Portão			0,00			0,00					120.000,00	0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00					770.000,00	1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00					12.405.000,00	1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00					530.000,00	1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00					1.440.000,00	1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00					96.000,00	110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00					4.415.000,00	255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00					5.500.000,00	5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00					180.000,00	420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00					145.000,00	10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m)			30.000,00			255.000,00					405.000,00	15.000,00	705.000,00
Total	5	774.700	1.115.000,00	14	402.100	1.087.000,00	32	493.400	2.206.000,00	400	522.400	1.430.000,00	400.558.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

A atividade de Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns tem como finalidade manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. Para isso é importante a manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.

A Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab, e seu Coordenador Nacional da Ação é o Técnico Milton Libardoni.

As Unidades Executoras são: Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Armazéns da Rede Própria – Gerap e as áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução regional são: Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo e seu responsável regional da ação é a técnica Soraya Grinspun Hirsch

A meta global para a Conab, aprovada previa a execução de serviços de manutenção, recuperação e modernização ao custo total de R\$ 39.000.000,00. Foram executados o orçamento de R\$ 503.777,46; tendo sido atendidas 04 (quatro) superintendências e a matriz.

Foi disponibilizado a SUREG/RJ para o atendimento de 01 unidade e uma dotação orçamentária de R\$ 28.865,96. Contudo, o valor disponibilizado não foi utilizado no exercício de 2011.

Quadro XVI – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	28.865,96	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	28.865,96	0,07
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	28.865,96	0,08
Execução Orçamentária	503.777,46	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	-	0,00
Execução Física	57	-	0,00
Índice	81,43	-	-

Fonte: Supor e Sifai

Para garantia dos produtos armazenados da UA Lyra Tavares, foram adquiridos 12 Kg de inseticida sólido (Fertox), na UG 135307 núcleo PGPM RJ, para realização das operações fitossanitárias.

Quadro XVII – Natureza das Despesas da Rede Própria de Armazéns

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (R\$)		
	Conab	Sureg-RJ	Participação (%)
Garantia de produtos armazenados	1.346.265,02	708,00	0,05
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	0,00	0,00
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços Gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS - Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos Financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS - Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análise laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	0,00	0,00
Sentenças judiciais transitadas em julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	708,00	0,00

Fonte: Supor/Siafi

6.1.2 – Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 608.306 toneladas e 2.767.502 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc). Os quadros abaixo, discriminam os estoques públicos depositados na Unidade Lyra Tavares, estando distribuídos entre produtos agropecuários e de outras origens.

Os produtos agropecuários (arroz, açúcar, farinha, feijão e óleo de soja) somam 345.672 Kg, correspondendo a R\$ 551.571,32.

Quadro XVIII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Produtos Agropecuários

Produtos Agropecuários					
UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
RJ	Próprio	Público	Açúcar	26.796	53.980,33
			Arroz	126.550	160.372,60
			Farinha	110.196	189.831,33
			Feijão	28.540	39.108,36
			Óleo de soja	26.802	67.299,12
			Outros	26.788	40.979,58
Total				345.672	551.571,32

Fonte: UA Lyra Tavares

Quadro XIX – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
RJ	Próprio	Público	Caixa de papelão	50	25,00
	Próprio	Público	Cartilha da nutrição	2.750	165,00
	Próprio	Público	Cartilha Programa Fome Zero	18.500	10.952,00
	Próprio	Público	Cartilha Turma do Sítio	5.500	297,00
	Próprio	Público	CD-ROM	54.874	3.312.110,00
	Próprio	Público	Fax Modem	28.718	775.386,00
	Próprio	Público	Gabinete torre para computador	205	9.225,00
	Próprio	Público	Mouse para computador	21.091	421.820,00
	Próprio	Público	Peças de metal	11.604	173.480,00
	Próprio	Público	Placa de rede	48.365	619.924,17
	Próprio	Público	Sacaria	11.624	4.621,70
	Próprio	Público	Sistema de audio	11.930	119.300,00
	Próprio	Público	Teclado para computador	2.407	36.105,00
Total				217.618	5.483.410,8

Fonte: UA Lyra Tavares

A unidade Lyra Tavares armazenou em 2011 um quantitativo de 345.672 kg de produtos perfazendo um valor de R\$ 551.571,32 em produtos de origem agrícola, o que representa 0,06% em relação ao quantitativo nacional depositado e 0,07% em relação ao valor financeiro dos produtos agrícolas armazenados. Para outros produtos armazenou o quantitativo de 217.618 kg perfazendo um montante de R\$ 5.483.410,87. (Cinco milhões quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos e dez reais e oitenta e sete centavos). O que representa 7,87% em relação quantitativo dos outros produtos armazenados, e 58,56% em relação aos valores financeiros de outros produtos armazenados.

Quadro XX – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
RJ	345.672	551.571,32	217.618	5.483.410,87
Total Nacional	608.305.646	873.490.837,73	2.767.502	9.364.977,24

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

6.1.3 – Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 3,8 milhões de toneladas. A Sureg/RJ não possui estoque público de produtos alimentícios armazenados em Unidades de Terceiros.

6.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que a Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

6.2 – Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade, o Rio de Janeiro possui em seu quadro 06 fiscais, que atuam em atividades correlatas na área operacional, estando à disposição da Dirab/Sufis/Gefis.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços. Os fiscais lotados na Sureg Rio de Janeiro participaram de fiscalizações relativas aos estoques públicos, no ano de 2011 foram duas no âmbito regional e duas na Sureg Rio Grande do Sul.

6.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XXI – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suoape (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República. Nas operações de fiscalização de estoques realizadas na Sureg/RJ não foram registradas perdas qualitativas e quantitativas dos Estoques Públicos no ano de 2011.

6.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais,

os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% no total. No Rio de Janeiro não foi registrado nenhuma irregularidade na Unidade Armazenadora Lyra Tavares.

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

6.3 – Atividade de Movimentação de Estoques

a) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXII – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
Subtotal		4.480,65	4.480,65	80.166	80.166	-	-	-
PR	AL	51.039,23	51.039,23	147.000	-	-	-	147.000
	AM	192.605,38	192.605,38	436.860	208.710	-	-	228.150
	CE	29.032,08	29.032,08	70.000	-	-	-	70.000
	DF	76.433,33	76.433,33	537.930	307.920	-	-	230.010
	ES	14.397,02	14.397,02	82.860	-	-	-	82.860
	MA	54.508,02	54.508,02	155.000	-	-	-	155.000
	MG	121.865,86	121.865,86	866.640	704.370	-	-	162.270
	MS	12.623,53	12.623,53	150.960	-	-	-	150.960
	MT	74.738,57	74.738,57	487.820	-	-	-	487.820
	PB	136.062,37	136.062,37	373.820	281.820	-	-	92.000
	PE	142.575,84	142.575,84	402.000	-	-	-	402.000
	PI	17.824,26	17.824,26	38.000	-	-	-	38.000
	PR	29.435,04	29.435,04	507.374	507.374	-	-	-
	RJ	14.191,79	14.191,79	114.660	-	-	-	114.660
	RN	19.243,47	19.243,47	44.000	-	-	-	44.000
	RO	147.072,64	147.072,64	484.010	220.230	-	-	263.780
	SP	23.103,77	23.103,77	404.340	-	-	-	404.340
	TO	13.099,13	13.099,13	45.000	-	-	-	45.000
Subtotal		1.169.851,33	1.169.851,33	5.348.274	2.230.424	-	-	3.117.850
Tota Geral		10.311.351,61	10.263.431,22	38.475.034	23.270.620	57.104,00	122.830,00	15.270.140,00

Fonte: Suarm/Gemov

b) Remoção de Produtos do MDA

Em 2011 foi contratada a remoção de 214 toneladas de leite em pó do Estado do Paraná para o do Rio de Janeiro, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXIII – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA

U F		V a l o r e s (R \$)		Q u a n t i d a d e s (k g)					
O r i g e m		A b e r t u r a		C o n t r a t a d a		C a n c e l a d a		A R e m o v e r	
P R	R J	48.693,90	48.693,90	213.840	213.840	-	-	-	-
T o t a l		48.693,90	48.693,90	213.840	213.840	-	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

7 – Geração e Difusão de Informações (correspondente ao Item 10 da DN 108/2010)

A atividade tem por finalidade subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar. A ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da CONAB ou pela contratação de especialistas e, ainda, mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.

Na Matriz a Unidade responsável pelas decisões estratégicas é a Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai, e nas Superintendências Regionais a Unidade Responsável pela execução fica a cargo da Gerência de Operações e Suporte Estratégico – Geose Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo e Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Seopi, sendo responsáveis pelas atividades os colaboradores Cláudio Chagas Figueiredo, Matilde Oliveira Sargedo, José Aurenio Cardozo e Ivan Rodrigues Braga.

A atividade permanece a rotina de cadastramento de novas séries estatísticas, tanto de preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o abastecimento agroalimentar.

No início de 2011 havia 68 séries de levantamento de preços recebidos por produtor cadastradas. Em dezembro atingiu-se o número de 76 séries, o que representou um aumento superior a 10%, correspondente à inclusão de séries de laranja, tangerina e mandioca.

A Avaliação Nacional da Geração de Informações começou em agosto e se estendeu até dezembro, por meio do deslocamento de técnicos da Conab ao interior dos estados, visando contatos com informantes de preços de produtos.

Os dispêndios realizados até dezembro, correspondentes a 89,39% da dotação orçamentária para a Sureg-RJ, referem-se a gastos com diárias de empregado e locação de veículos, com combustíveis e outras despesas (pedágio, estacionamento e afins), assim como despesas com passagens para participação em treinamento na matriz.

Nessa linha, foram realizados cadastros de informantes para a coleta de preços recebido pelo produtor de laranja e tangerina, que são novos produtos incluídos na Política de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) para a safra 2011/2012. Para isso, houve o deslocamento a municípios do estado do Rio de Janeiro que possuem produção agrícola significativa e quantidade relevante de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para as culturas mencionadas.

As tarefas executadas de 28/8/2011 a 3/9/2011 e de 16/10/2011 a 21/10/2011 visavam a identificação e o acompanhamento das situações e dificuldades de mercado encontradas pelo produtor (loais de produção, levantamento de custos, estrutura de comercialização, gargalos da cadeia produtiva e outras). Nessas visitas houve a preocupação de explicar aos novos informantes que o contato era uma proposta de intercâmbio de informações. Desse modo, buscou-se despertar a consciência da importância da colaboração para o estabelecimento de políticas públicas para os agricultores e o mercado. Após o cadastramento dos informantes, foi iniciada a coleta dos preços recebidos pelos produtores e seu lançamento no Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento (SIAGRO). Já no período de 20/11/2011 a 25/11/2011 houve o deslocamento à matriz para a participação no treinamento de desenvolvimento de metodologia de pesquisas de

preços, promovido pela Suinf.

O Quadro ilustra os valores destinadas à execução das tarefas previstas para o ano de 2011.

Quadro XXIV – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RJ	
Dotação Orçamentária	315.000,00	8.000,00	
Execução Orçamentária	294.066,15	7.150,95	2,54
Índice	93,35	89,39	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	
Execução Física	7.845	-	0,00
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi

Os valores de diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros totalizam a quantia de R\$7.150,95, conforme indicado nas tabelas elaboradas por Supor, Geasa e Siafi. Ao comparar com a soma de valores descritos nas PCV's do empregado designado para a tarefa, percebe-se que o total é o mesmo, mas a distribuição das despesas está diferente. Os valores de diárias estão iguais quando há a soma das diárias e as despesas de táxi (R\$225,00) descritas na PCV de novembro de 2011. Os valores de material de consumo estão iguais. É possível perceber que a tabela abaixo do Siafi tem as Passagens e Despesas com Locomoção e Serviços de Terceiros somadas e seus valores lançando no campo Passagens e Despesas com Locomoção.

Quadro XXV – Elemento de Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv. Terceiro – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	1.034,00	314,03	750,00	39,00	-	2.137,03
2011	3.718,50	853,59	2.578,86	-	-	7.150,95

Fonte: Siafi

A execução financeira não atingiu a meta prevista, mas ficou próxima à porcentagem média nacional de recursos utilizados. Normalmente a meta não é atingida, visto que em algumas viagens o trabalho é executado antes do prazo estabelecido, gerando economia de diárias de empregados e de locações de automóveis (diárias e despesas com locomoção). Cabe lembrar, ainda, que em algumas viagens as despesas para material de consumo e serviços de terceiros, entre elas os gastos com combustíveis, podem superar o valor inicial determinado, mas na maior parte dos deslocamentos elas não atingem a previsão. Com isso, as despesas não chegam a alcançar a meta fixada para o ano.

Quadro XXVI - Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias

Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				42,74
2011	Meta:	100,00	Realizado	89,39
Análise:				

Fonte: Siafi e Supo/Gepor

7.1 – Levantamento de Safras

A ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura. Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. Na Matriz a unidade responsável pelas decisões estratégicas é a Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai, sob a Coordenação do colaborador Carlos Roberto Bestetti, através da Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa. Na Superintendência Regional a atividade está a cargo da Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo, e são seus responsáveis regionais os colaboradores Olavo Franco de Godoy Neto, Cláudio Chagas Figueiredo, Paulo Roberto Batista dos Santos e Carlos Eduardo Canto Moura.

A Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o MAPA, para acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de produtos agrícolas. No ano de 2011 foram previstos 12 levantamentos de safra e intenção de plantio de grãos para todo o território nacional. Para o Rio de Janeiro, em face das peculiaridades produtivas, foram realizados apenas 2 levantamentos de campo. O restante das coletas de informações foi realizado por telefone. Com isso, as atividades foram executadas plenamente de acordo com o planejado, tendo os levantamentos de campo sido realizados em um ou dois roteiros, considerando-se os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. Já os levantamentos de campo de safra de cana-de-açúcar foram realizados em 3 ocasiões durante o ano. A Sureg/RJ não executou levantamentos de campo de café, apesar da previsão de 3 estimativas no calendário nacional, assim como levantamentos de safra de pinhão manso. Cabe destacar que, no ano de 2011, esses levantamentos foram executados nos principais estados produtores.

Atendendo às demandas previamente programadas pela Suinf e Geasa para o ano de 2011, foram executadas as viagens de levantamentos de campo observando o seguinte cronograma:

● **Levantamentos de safra de grãos (arroz, feijão e milho):**

- 1 viagem em janeiro (5º levantamento de grãos 2010/11 – 1 roteiro);
- 2 viagens em maio (7º levantamento de grãos 2010/11 – 2 roteiros).

● **Levantamentos de safra de cana-de-açúcar:**

- 1 viagem em abril (1º levantamento de cana-de-açúcar 2011/12 – 1 roteiro);
- 1 viagem em agosto (2º levantamento de cana-de-açúcar 2011/12 – 1 roteiro);
- 1 viagem em novembro (1º levantamento de cana-de-açúcar 2011/12 – 1 roteiro).

a) Levantamento de safra de grãos

Para a realização dos levantamentos de safra de grãos são percorridos, normalmente, dois roteiros, que consideram os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. Cabe ressaltar que o estado do Rio de Janeiro não tem expressão enquanto produtor de grãos. Mesmo diante da pequena produção, observa-se, ainda, uma persistente queda comparativa aos anos anteriores, principalmente, na produção de milho.

Os quadros ilustram os valores de área, produtividade e produção das culturas consultadas.

Quadro XXVII – Levantamento de Safra de Grãos no RJ

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Arroz	2,2	1,9	-13,6	-0,3	7,9	7,0	-11,4	-0,9
Feijão total	4,6	4,1	-10,9	-0,5	4,4	4,0	-9,1	-0,4
Feijão 1ª safra	1,6	1,6	0,0	0,0	1,5	1,6	6,7	0,1
Feijão 2ª safra	3,0	2,5	-16,7	-0,5	2,9	2,4	-17,2	-0,5
Milho total	7,0	7,2	2,9	0,2	17,5	16,9	-3,4	-0,6
Milho 1ª safra	7,0	7,2	2,9	0,2	17,5	16,9	-3,4	-0,6
Total RJ	13,8	13,2	-4,3	-0,6	29,8	27,9	-6,4	-1,9

Fonte: Supor/Geasa e Siasi

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Arroz	1,9	1,7	-10,5	-0,2	7,0	6,2	-11,4	-0,8
Feijão total	4,1	4,1	0,0	0,0	4,0	3,8	-5,0	-0,2
Feijão 1ª safra	1,6	1,6	0,0	0,0	1,6	1,5	-6,3	-0,1
Feijão 2ª safra	2,5	2,5	0,0	0,0	2,4	2,3	-4,2	-0,1
Milho total	7,2	7,0	-2,8	-0,2	16,9	17,4	3,0	0,5
Milho 1ª safra	7,2	7,0	-2,8	-0,2	16,9	17,4	3,0	0,5
Total RJ	13,2	12,8	-3,0	-0,4	27,9	27,4	-1,8	-0,5

Fonte: Supor/Geasa e Siasi

As condições de clima são favoráveis à produção destes grãos, entretanto, as características topográficas que, via de regra, impedem a mecanização, torna a produção destes grãos inviável economicamente em face da prática de procedimentos agrícolas ultrapassados com utilização elevada de mão-de-obra.

A baixa produção e o elevado custo da mesma tornam o Rio de Janeiro um importador destes produtos de outras áreas tradicionalmente produtoras como arroz do Rio Grande do Sul, feijão do Paraná, Santa Catarina e Bahia e milho de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

b) Levantamento de safra de cana-de-açúcar

Nos mesmos moldes que o procedimento para a avaliação das safras de grãos, a Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o Mapa, para o acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de cana-de-açúcar. Nessa linha, há visitas às unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários estados produtores.

Ao longo do ano de 2011 foram realizados 3 levantamentos. Essas atividades, sobretudo o terceiro levantamento, tiveram por finalidade apurar o resultado final da safra de cana-de-açúcar, recolhendo informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si.

Através destes dados obtidos em todo o território nacional, é possível à Conab detectar, entre outros dados, a anomalia de pluviosidade. Com isso é possível saber se as chuvas excessivas prejudicaram ou estão prejudicando os trabalhos de colheita e sua influência na qualidade da cana, principalmente no teor de sacarose, assim como a previsão da produção total de cana-de-açúcar.

O Quadro apresenta dados da produção de cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Quadro XXVIII - Levantamento de Safra

Demonstrativo da produção de cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro e Brasil								
	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safra		Var. (%)	Safra		Var. (%)	Indústria sucroalcooleira	
	2010/11	2011/12		2010/11	2011/12		Açúcar	Álcool
RJ	51,33	41,31	-19,5	2.537,8	2.065,5	-18,6	1.033,4	1.032,1
Total (Brasil)	8.056,0	8.368,4	3,9	623.905,1	571.471,0	-8,4	283.906,5	287.564,5

Fonte: CONAB – 3º levantamento: dez/2011

No contexto nacional, houve um aumento da área na safra 2011/12 de 3,9% em relação à safra de 2010/11, correspondendo 312,4 mil ha. A safra de cana destinada à atividade sucroalcooleira, na safra 2011/12 estava estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuída em todos os estados produtores. Já no Rio de Janeiro houve uma redução de 19,5% em relação à safra 2010/11, atingindo um total de 41,31 mil ha na safra 2011/12.

Do total da cana-de-açúcar esmagada no Brasil, 283.906,5 mil toneladas foram destinadas à produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar. Já as 287.564,5 mil toneladas restantes foram destinadas à produção de 22.857.589,3 mil litros de etanol. Do total da cana-de-açúcar esmagada no Rio de Janeiro, 1.033,4 mil toneladas foram destinadas à produção de 122,6 mil toneladas de açúcar e 1.032,1 mil toneladas foram destinados a produção de 75.977,2 mil litros de etanol.

Quadros XXIX - Percentual de Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100	Realizado	100,00

Fonte: Suinf/Geasa

A execução financeira não atingiu a meta prevista, mas ficou próxima à porcentagem média nacional de recursos utilizados. Normalmente a meta não é atingida, visto que em algumas viagens o trabalho é executado antes do prazo estabelecido, gerando economia de diárias de empregados e de locações de automóveis (diárias e despesas com locomoção). Cabe lembrar, ainda, que em algumas viagens as despesas para material de consumo e serviços de terceiros, entre elas os gastos com combustíveis, podem superar o valor inicial determinado, mas na maior parte dos deslocamentos elas não atingem a previsão. Com isso, as despesas não chegam a alcançar a meta fixada para o ano.

Quadro XXX - Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				81,77
2008				61,04
2009				74,02
2010				79,69
2011	Meta:	100	Realizado	73,14

Fonte: Siafi e Supor/Gepor

Quadro XXXI - Percentual de Pesquisa de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100	Realizado	100,00

Fonte: Suinf/Geasa

c) Levantamento de safra de pinhão manso

Os levantamentos de safra de pinhão manso tem como objetivos a obtenção de dados sobre área, produtividade, destino da produção, tipo de cultivo, densidade populacional por hectare, distribuição na PGPAF e PGPM, assim como o cadastramento de informantes e indústrias. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de pinhão manso no ano de 2011 no estado do Rio de Janeiro.

d) Levantamento de safra de café

Para a realização do levantamento de safra de café no Rio de Janeiro foi criado um roteiro com os municípios que detém as produções mais expressivas do produto dentro do estado, correspondendo aos municípios de São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Duas Barras, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai e São Fidélis. Normalmente, as informações para o referido levantamento são obtidas nos escritórios locais da EMATER, através de seus técnicos de campo. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de café no ano de 2011 no estado do Rio de Janeiro.

8 – Gestão de Pessoas (correspondente ao Item 11 da DN 108/2010)

8.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

A distribuição dos empregados anistiados é realizada após avaliação da necessidade da Sureg/RJ, sendo a redistribuição de acordo com a designação para o órgão. A cessão se dá por tempo determinado e a apresentação do empregado é feita mediante Ofício de encaminhamento emitido pela Superintendência Regional.

Em 2011, na Sureg/RJ, foram admitidos para ingresso na Conab e redistribuídos para outros Órgãos o quantitativo de 10 empregados.

8.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e editadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet – este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

A Companhia procura através do seu sistema de comunicação levar informação aos clientes internos e externos promover a integração e o fortalecimento da relação institucional, bem como o relacionamento interpessoal a nível interno com a administração. O objetivo principal da política de comunicação da empresa é agregar valor à imagem da CONAB, no caso da Superintendência Regional. Além das publicações institucionais que circulam externamente, encontram-se também as publicações institucionais denominadas Notícia do Dia - veiculada em âmbito nacional e encaminhado diariamente pela Gerência de Comunicação da CONAB, e o Notícia do Dia Local, que consiste na apuração e divulgação das ações da Companhia junto aos diversos setores da empresa em âmbito local. A Superintendência Regional dispõe de uma estrutura para apoio nesse segmento com 01(uma) estagiária que atua sob a supervisão da Gerência de Comunicação – Geimp, e atende a Superintendência Regional na elaboração de releases, contatos com a imprensa, elaboração do periódico local, administração do jornal mural, bem como na cobertura de eventos que a Conab-RJ participa.

Todas as ações no campo da Comunicação passam por prévia aprovação da Superintendência Regional, que vem buscando por meio dos mecanismos apresentados integrar a administração e o corpo de empregados, seja através do Jornal Mural localizado nos dois andares onde funciona a empresa e apresenta os informativos Notícia do Dia Nacional e Notícia do Dia Local, divulgação dos Aniversariantes do mês, entrevistas com funcionários e estagiários, e esclarecimentos sobre as ações da comunicação. Através desse espaço o empregado tem a oportunidade de divulgar ações e informações de interesse comum. O informativo Notícia do Dia Local é elaborado a partir das informações colhidas diretamente nos setores da Superintendência Regional e sua apuração se dá no último dia da semana, funcionando como um balanço das ações realizadas no âmbito da Superintendência Regional, apresenta avisos aos empregados, divulgação das ações típicas da Companhia no âmbito da Superintendência Regional, cobertura de eventos e reuniões locais.

8.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e

- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

As atividades desenvolvidas para atendimento ao item, embora formalizadas e aplicadas a nível nacional, ainda não foram concluídas. A despeito da ação a Sureg/RJ tem procurado promover maior integração do corpo funcional por meio de ações que busquem atender os interesses da Companhia e a satisfação profissional do empregado. Além disso, palestras de motivação e reuniões sociais vem sendo implementadas pelos setores visando atingir a melhoria do ambiente de trabalho.

8.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

Em 2011 foram realizados 48 treinamentos nas diversas áreas, conforme descrito. Houveram palestras relativas à disseminação de conhecimentos ministradas pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação.

Quadro XXXII – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	34	160	4,71
Auditoria	1	27	27
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	8	2,5
Financeira	3	534	178
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	0	0	-
Planejamento	7	220	31,43
Qualidade	0	0	-
Total	48	949	19,76

Fonte: Sumoc/ Gecap

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

Os dados dos questionários de avaliação que foram tabulados e analisados pela Gecap, refletem bons resultados nesta Sureg, considerando que 85% das respostas encontravam-se entre os conceitos bom e ótimo.

Quadro XXXIII – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Quadro XXXIV – Palestras

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro XXXV – Avaliação de Treinamento

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Quadro XXXVI – Avaliação do Conhecimento

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infer-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480

vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Matriz contava com 1.061 empregados.

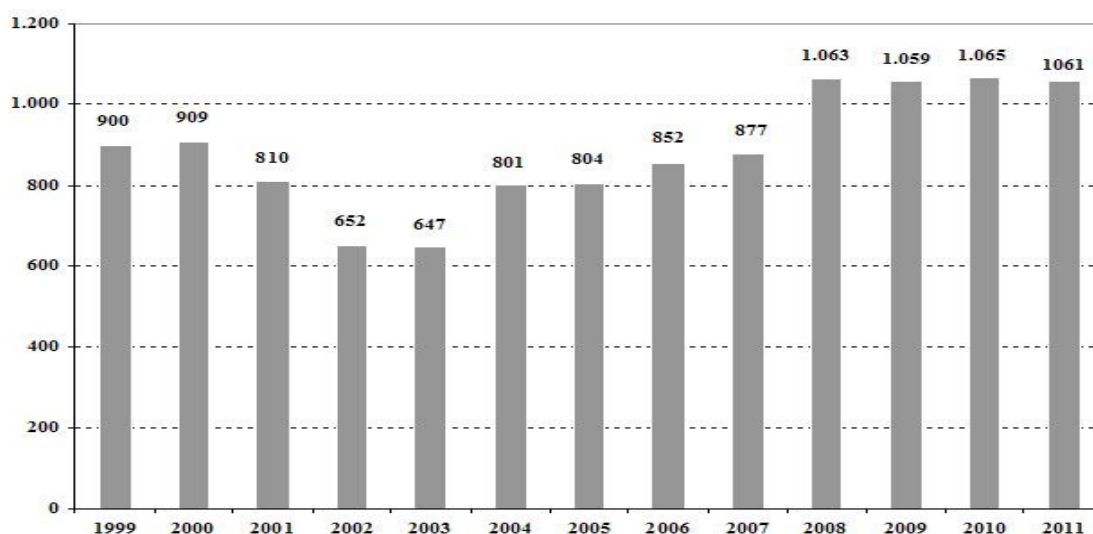
Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	699	708	9
Assessores (contrato especial)	37	38	1
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	5	5	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	8	9	1
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	11	12	1
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	125	118	(7)
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	167	157	(10)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	1	1
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	2	1	(1)
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	1	1	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	2	3	1
Licença para cargo eletivo com vencimentos	1	1	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	1	1
Contrato suspenso / licença particular	7	6	(1)
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	1.065	1.061	(4)

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 63,99% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

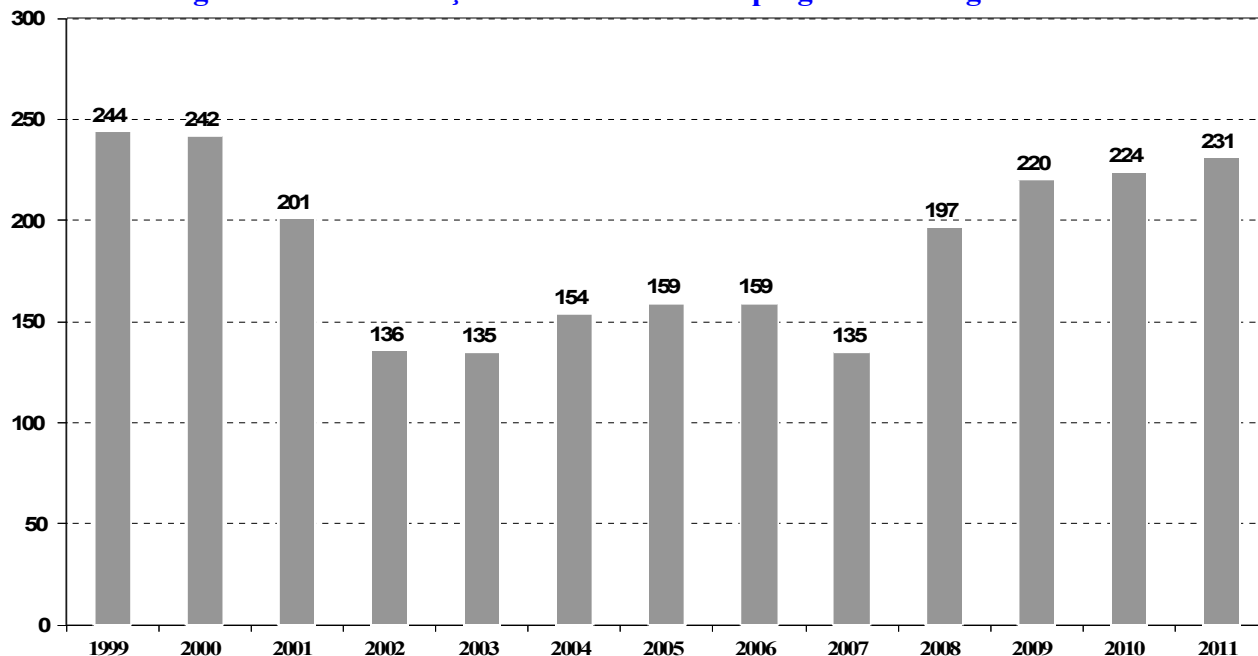
Figura XXI – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados da Sureg/RJ, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 71,12% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XXII – Evolução do Número de Empregados - Sureg/RJ



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 355 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 33,46% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 41,56% do total da força de trabalho e apresentou com redução de 1,12% sobre o de 2010 (446) enquanto os de nível médio tiveram crescimento de 1,12%, passando de 306 para 310 empregados.

**Quadro XXXVIII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	711	706	(5)
Reintegrado (Transitado)	27	26	(1)
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	2	2	-
Anistiado (Liminar)	4	4	-
Anistiado (Lei 8878/94)	321	323	2
Total	1.065	1.061	(4)

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 8,23% do total da força de trabalho e apresentou uma redução de 1,12% sobre o ano de 2010 (446) enquanto os de nível médio tiveram crescimento de 1,12%, passando de 306 para 310 empregados na Sureg/RJ.

**Quadro XXXIX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011 - Sureg/RJ**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg/RJ		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	62	61	(1)
Reintegrado (Transitado)	13	13	-
Reintegrado Liminar	3	3	-
Anistiado (Transitado)	7	7	-
Anistiado (Liminar)	18	18	-
Anistiado (Lei 8878/94)	121	129	8
Total	224	231	7

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de **19** empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidades para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XL – Demonstrativo por Nível de Escolaridade - Sureg/RJ

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	44	43	87	27	14	3	0	0	218
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			2	25	50	17	9	2			124
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			23	21	34	10	5	1			94
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0		2	5	4	2	0	0	0	13
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				2	5	4	2				13
3. Total	0	0	44	45	92	31	16	3	0	0	231

LEGENDA: 1-Alfabetizado; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau completo; 5-Mestrado; 6-Doutorado; 7-Especialização; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 39,40% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLI – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Sureg/RJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	88
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	88
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	3
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	2
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	91

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 123 empregados (53,25% do número do quadro de pessoal), da Sureg/RJ, reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro XLII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,43
36 a 40	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3	1,30
41 a 45	3	0	0	0	0	1	0	0	0	4	1,73
46 a 50	10	0	0	1	0	4	1	0	0	16	6,93
51 a 55	40	7	3	5	1	8	20	0	0	84	36,36
56 a 60	26	7	2	6	0	4	19	1	0	65	28,14
61 a 65	17	9	2	3	1	1	4	0	1	38	16,45
66 a 70	9	1	0	2	0	0	1	0	0	13	5,63
Mais de 70	4	0	0	0	0	0	0	0	3	7	3,03
	110	27	7	17	2	18	45	1	4	231	100,00

Fonte: Dipai/Sutin

8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício 2011 ocorreram 10 admissões e 02 demissões de empregados anistiados e de cargo de carreira. Além desses foram recebidos 02 empregados por transferências de Regionais e 02 transferidos para Matriz e Regionais..

8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155

vagas de analistas de nível superior, na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de tecnologia da informação, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD.

8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Sureg/RJ contava com 07 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$ 48.448,07 (salário e auxílio transporte).

Quadro XLIII – Composição do Quadro de Estagiários - Sureg/RJ

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	6	7	5	7	7	7	48.448,07
Área Fim	3	4	3	4			
Área Meio	3	3	2	3			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	0	0	0	0			
Área Meio	0	0	0	0			
Total	6	7	5	7	7	7	48.448,07

Fonte: Sureh/Gepes

8.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg/RJ foi de R\$15.281.744,9, com participação de 92,87% na despesa total da Sureg/RJ (R\$16.455.478,75) e com crescimento de 4,54% sobre o valor de 2010.

Quadro XLIV - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	8.279.507,73	10.278.131,47	10.591.793,50
vencimentos e salários	5.093.676,74	6.337.774,32	6.658.839,38
incorporações	35.150,28	32.429,56	25.565,64
adicional de periculosidade	10.951,72	8.077,80	8.672,52
adicional de insalubridade	1.289,50	2.040,00	6.870,00
gratificação p/exercício de cargos	217.000,00	0	0
gratificação por exercício de funções	400.310,23	480.965,91	498.212,77
adicional de transferência - art. 469 clt	560	0	0
gratificação por tempo de serviço	895.410,53	1.047.408,11	1.131.184,28
13º salário	861.860,99	1.109.805,34	1.160.397,66
férias - abono pecuniário	169.080,80	195.291,17	250.492,65
férias - abono constitucional	179.677,10	237.233,86	259.494,99
férias - pagamento antecipado	264.425,88	348.429,99	376.756,69
licença-premio	92.678,68	372.444,06	230.893,33
créditos p/acerto financ.c/ex-servidores	176.392,82	231.647,34	226.856,50
(-)créditos p/acerto financ.c/ex-servidores	-253.563,77	-224.362,26	-283.906,50
provisão para decimo terceiro salário	503.848,67	630.691,99	655.225,70
(-)provisão para decimo terceiro salário	-503.848,67	-630.691,99	-655.225,70
provisão para férias	1.005.072,99	1.185.578,91	1.265.181,95
(-)provisão para férias	-833.367,73	-1.046.117,11	-1.188.139,46
adiantamentos concedidos – não financeiros	514.620,08	664.351,19	727.065,45
(-)adiantamentos concedidos	-551.719,11	-704.866,72	-762.644,35
OBRIGACOES PATRONAIS	2.856.388,42	3.545.467,52	3.883.321,55
F.G.T.S.	643.148,20	685.970,89	818.832,04
contribuição de salário educação	200.601,25	243.981,46	256.765,07
encargos sociais sobre provisões	470.896,51	654.301,89	690.261,26
(-) encargos sociais sobre provisões	-411.143,07	-581.023,18	-661.453,88
contribuições previdenciárias – INSS	1.869.833,55	2.275.415,76	2.406.649,05
seguros de acidentes do trabalho	83.051,98	266.820,70	372.268,01
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	638.790,01	698.255,19	719.088,24
indenizações e restituições trab.-ativo civil	14.492,34	0	21.825,62
substituições	19.874,81	24.959,05	33.677,45
indenizações trabalhistas ativo civil	1.483,47	0	2.267,99
desp.exercícios anteriores-ativo civil	0	0	1.591,38
serviços extraordinários	59,28	10.477,93	25.934,89
indenização auxílio-transporte	483.855,11	521.583,06	467.412,71
auxílio funeral ativo civil	39.770,00	23.785,00	52.059,00
auxílio escola-acordo coletivo	32.880,00	44.780,00	44.700,00
auxílio deficiente - acordo coletivo	26.775,00	34.730,15	42.268,80
auxílio creche	19.600,00	37.940,00	27.350,40
SENTENÇAS JUDICIÁRIAS E DEP.COMPULSORIOS	140.237,44	64.790,30	87.541,61
sent.judic.trans.julg.car.unico-ativo civil	89.872,62	43.879,84	72.791,02
depósitos para recursos	81.793,83	109.980,71	183.329,29
depósitos para recursos	0	4.430,47	0
sent.judic.trans.julg.cart.unico-ativo civil	0	0	14.750,59
recursos vinculados	15.357,25	126.460,70	159.771,25
(-)depósitos realizáveis vinculados	-46.786,26	-219.961,42	-343.100,54
(-) DESPESAS DE PESSOAL	11.914.923,60	14.586.644,48	15.281.744,90

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

8.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada da formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro XLV – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Advocacia e Vigilância

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211								CNPJ: 26.461.699/0095-60							
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigida dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	V	O	051/2008	04.559.666/0001-35	18/07/10	22/03/12	-	10	-	11	-	1	P	-	22
2009	A	O	143/2007-08	00.580.630/0001-82	09/04/09	08/04/14							P		
2010	L	O	047/2010	04.944.460/0001-29	13/10/10	12/10/12	-	32	-	29	-	-	P	-	61
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva; (A) Advocacia Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

9 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (correspondente ao Item 12 da DN 108/2010)

9.1 – Análise da Execução Orçamentária

A Superintendência Regional possui seis unidades Orçamentárias devidamente codificadas e distribuídas conforme sua área de atuação. As Unidades Orçamentárias são codificadas de acordo com a sua gestão/atividade, a saber: Superintendência Regional, Atividade de Estoque Estratégico, Núcleo de PGPM, Unidade Armazenadora Lyra Tavares, Atividade de Mercado de Opção e Programa de Aquisição de Alimentos.

Quadro XLVI - Identificação das Unidades Orçamentárias

DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	CÓDIGO DA UO	CÓDIGO SIAFI DA UGO
CONAB SEDE SUREG	22211	135305
CONAB UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO	22211	135306
CONAB NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PGPM	22211	135307
CONAB UA LYRA TAVARES	22211	135308
CONAB UNIDADE MERCADO DE OPÇÃO	22211	135440
CONAB UNIDADE PAA RIO DE JANEIRO	22211	135561

Fonte: Secof

Todos os valores orçamentários realizados, oriundos da Matriz/Conab (135100 e 135347) foram liquidados nos programas a que foram determinados.

Os valores orçamentários, notadamente, por recuperação de despesas e aluguéis das instalações dos Hortomercados Humaitá e Leblon, foram enviados “ disposição das UG's 135100 e 135347.

Quadro XLVII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação Crédito		Código da UG Concedente	Código da UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135305	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.544,38	0,00	0,00	1.544,38
		135100	135305	20.122.0352.0110.0001	1.603,15	0,00	0,00	0,00	1.603,15
		135100	135305	20.122.0352.2272.0001	4.786.549,01	0,00	0,00	0,00	4.786.549,01
		135100	135305	20.122.0352.2272.0001	0,00	4.258.258,18	132.638,29	0,00	4.390.896,47
		135100	135305	20.122.1492.2272.0001	0,00	1.772,00	0,00	0,00	1.772,00
		135100	135305	20.125.0352.2137.0001	0,00	14.616,71	0,00	0,00	14.616,71
		135100	135305	20.128.0360.4572.0001	0,00	14.107,96	0,00	0,00	14.107,96
		135100	135305	20.301.0352.2004.0001	0,00	1.102.157,42	0,00	0,00	1.102.157,42
		135100	135305	203060352.2012.0001	0,00	1.220.407,60	0,00	0,00	1.220.407,60
		135100	135305	20.331.0352.2011.0001	0,00	162.229,40	0,00	0,00	162.229,40
		135100	135305	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	708,00	708,00
		135100	135305	20.605.0352.8579.0001	0,00	7.410,86	0,00	0,00	7.410,86
		135100	135305	20.605.0360.4711.0001	0,00	9.094,00	0,00	0,00	9.094,00
		135100	135305	28.846.0901.0022.0001	276.761,42	0,00	0,00	0,00	276.761,42
		135100	135561	20.122.0352.2272.0001	0,00	-4.766,04	0,00	0,00	-4.766,04
		135100	135308	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2.101,15	0,00	0,00	-2.101,15
		135347	135305	08.244.1049.2792.0001	0,00	449.905,36	0,00	0,00	449.905,36
		135347	135305	08.605.1049.2802.0001	0,00	125.699,33	0,00	0,00	125.699,33
		135347	135305	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	130.500,00	130.500,00
		135347	135305	08.306.1049.2798.0001	0,00	5.568.129,64	0,00	0,00	5.568.129,64
		135347	135561	08.306.1049.2798.0001	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
		135347	135561	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,19	0,00	0,00	-0,19
	Enviado	135305	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	20,02	0,00	0,00	20,02
		135305	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
		135305	135100	20.122.0352.2272.0001	70.361,58	0,00	0,00	0,00	70.361,58
		135305	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	698.951,91	584,75	0,00	699.536,66
		135305	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	808,37	0,00	0,00	808,37
		135305	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.443,38	0,00	0,00	5.443,38
		135305	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.844,35	0,00	0,00	1.844,35
		135305	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	13.628,67	0,00	0,00	13.628,67
		135305	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.088,35	0,00	0,00	1.088,35
		135305	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	259,91	0,00	0,00	259,91
		135305	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.780,26	0,00	0,00	1.780,26
		135305	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	0,00	5.890,52	0,00	5.890,52
		135305	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	19.096,25	0,00	0,00	19.096,25
		135306	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	7,51	0,00	0,00	7,51
		135561	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	0,99	0,00	0,00	0,99

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 6.337.957,31.

Observa-se que não restaram pendências para o exercício seguinte de Despesas Empenhadas e não Liquidadas.

Quadro XLVIII - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	19.600,00	7.950,00	0,00	7.950,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	179.256,00	179.256,00	179.256,00	179.256,00
Pregão	3.919.847,96	3.641.058,04	3.919.847,96	3.641.058,04
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	4.224.168,13	6.337.957,31	4.224.168,13	6.337.957,31
Inexigibilidade	1.735.161,83	1.868.523,93	1.735.161,83	1.868.523,93
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	4.358.913,35	183.329,29	4.358.913,35	183.329,29
Diárias	254.461,50	122.361,30	254.461,50	122.361,30
Não se Aplica	390.722,87	296.456,49	390.722,87	296.456,49

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 13,26%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do aumento das despesas com pagamentos de Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$12.190.301,53, com acréscimo de 9,62% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se acréscimo de aproximadamente 468,40% nas despesas empenhadas, devido principalmente aos baixos

investimentos realizados em 2010 e pela aquisição de equipamentos para a Sede da Regional. Cerca de 49,58% (R\$65.472,70) do valor empenhado neste Grupo foi inscrito em Restos a Pagar não Processado para execução em 2012.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 74,32%, caindo de R\$510.915,42 para R\$131.208,00. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com a aquisição de produtos de agricultores familiares, no âmbito do PAA, no valor de R\$130.500,00. O restante foi utilizado na aquisição de inseticidas sólidos para utilização nos tratamentos fitossanitários.

Quadro XLIX - Despesas Corrente e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	4.358.913,35	35.937.067,86	4.358.913,35	35.937.067,86	0,00	0,00	4.067.244,74	626.414,14
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	1.603,15	0,00	1.603,15	0,00	0,00	0,00	1.603,15
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	732.863,99	782.267,53	732.863,99	782.267,53	0,00	0,00	674.640,15	720.173,22
Obrigações Patronais	3.472.188,81	13.854.514,17	3.472.188,81	13.854.514,17	0,00	0,00	3.238.744,02	3.605.954,66
Depósitos Compulsórios	109.980,71	183.329,29	109.980,71	183.329,29	0,00	0,00	109.980,71	183.329,29
Sentenças Judiciais	43.879,84	87.541,61	43.879,84	87.541,61	0,00	0,00	43.879,84	87.541,61
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	24.093,61	0,00	24.093,61	0,00	0,00	0,00	24.093,61
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	11.120.457,27	19.030.301,58	10.909.947,45	15.147.937,72	509,81	42.363,81	10.740.603,00	16.631.275,30
Diárias	254.461,50	122.361,30	254.461,50	122.361,30	0,00	0,00	254.461,50	122.361,30
Material de Consumo	193.565,34	0,00	193.565,34	0,00	0,00	0,00	193.458,80	0,00
Material de Distribuição Gratuita	4.210.995,91	5.878.434,89	4.210.995,91	5.878.434,89	0,00	0,00	4.179.196,51	5.625.207,00
Passagens e Despesas com Locomoção	34.605,17	19.216,85	34.605,17	19.216,85	0,00	0,00	33.855,17	19.216,85
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	212.579,44	178.329,36	212.579,44	178.329,36	0,00	0,00	195.403,83	151.291,34
Locação de Mão-de-Obra	608.895,51	865.143,93	608.895,51	865.143,93	0,00	0,00	544.719,87	841.769,90
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	4.417.898,06	4.847.137,20	4.388.388,25	4.807.207,60	29.509,81	39.929,60	4.155.915,53	4.594.185,66
Obrigações Tributárias e Contributivas								
-Op. Intra-Orçamentárias	250.716,32	274.247,76	250.716,32	271.813,53	0,00	2.434,23	246.851,86	271.813,53
Depósitos Compulsórios	4.430,47	0,00	4.430,47	0,00	0,00	0,00	4.430,47	0,00
Sentenças Judiciais	931.386,75	0,00	931.386,75	0,00	0,00	0,00	931.386,75	0,00
Indenizações e Restituições	922,80	5.430,24	922,80	5.430,24	0,00	0,00	922,80	5.430,24
4 – Investimentos	23.232,35	132.053,54	5.982,39	66.580,84	17.249,96	65.472,70	5.982,39	66.580,84
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.580,84
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	23.232,35	132.053,54	5.982,39	66.580,84	17.249,96	65.472,70	5.982,39	0,00
5 – Inversões Financeira	510.915,42	131.208,00	510.915,42	131.208,00	0,00	0,00	510.915,42	131.208,00
Aquisição de Produtos para Revenda	510.915,42	131.208,00	510.915,42	131.208,00	0,00	0,00	510.915,42	131.208,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Supor/Geare

● Ação (2004) - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

As despesas previstas para 2011 no âmbito do SAS - Serviço de Assistência e Saúde foram estabelecidas no patamar de R\$ 1.089.000,00, para o atendimento de 650 empregados e dependentes nas despesas médicas e odontológicas. Em 2011 a SUREG/RJ atendeu 651 empregados e dependentes dispendendo R\$ 1.088.528,75, estando dentro do que foi estabelecido para as despesas do ano. Comparativamente a 2010, houve um acréscimo nas despesas, já previstas da ordem de 21,7%, justificado pela entrada de novos empregados readmitidos pela Lei da Anistia.

- **Ação (20CW) - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**

A meta prevista para o Programa de Assistência Médica – Exames Periódicos atingiu 71,9% do total previsto para o ano de 2011. o que pode ser justificado pela adequação ao novo procedimento - transição da realização dos programas de PCMSO e PPRA, que anteriormente eram realizados por empresas terceirizadas, para execução por médico do trabalho pertencente ao quadro funcional. Os médicos pertencentes aos quadros da empresa passaram a executar e desenvolver os programas de Medicina e Segurança do Trabalho. Outro fator que contribuiu para a diminuição do índice de atendimento a Ação Exames Periódicos deve-se a lotação dos empregados, cedidos aos inúmeros Órgãos públicos, localizados distante da Sede da Regional e até mesmo fora do município do RJ, o que dificultou a execução e cumprimento integral da meta. Na ação relativa aos exames periódicos deixou de ser cumprido em torno de 23% do total da meta alcançada em 2010, pelos motivos já expostos.

- **Ação (2012) - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

A SUREG/RJ recebeu uma dotação orçamentária da ordem de R\$1.300.000,00 e executou 93,88% do orçamento beneficiando 227 empregados. O número de empregados a serem atendidos inicialmente seria de 214, contudo em face das admissões decorrentes das readmissões de empregados anistiados.

- **Ação (2011) - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Com referência ao Auxílio Transporte para os empregados da SUREG/RJ a meta física estabelecida foi projetada para atendimento a 168 empregados, contudo apresentou um acréscimo de 55 empregados atendendo a 223 empregados com um custo de R\$ 161.141,05, inferior a meta prevista que foi projetada para R\$ 165.000,00. O número de beneficiados com o auxílio transporte no âmbito da SUREG/RJ representa cerca de 5,12% em relação ao total de beneficiados a nível nacional que é de 3.282 empregados.

- **Ação (4572) - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação**

Considerando a dotação orçamentária, destinada para esta Regional de R\$36.000,00, para capacitação de empregados e a execução de 34,07%, há que se comentar que no ano de 2011 em referência, por orientação administrativa, houve necessidade de contenção dos investimentos com treinamento em face da execução orçamentária das despesas de custeio desta Regional, já no início do ano ter atingido a metade do seu todo, assim, as despesas com treinamento ficaram no patamar dos 34% do total a executar. Foram treinados 48 empregados nas mais diversas áreas de conhecimento de interesse da Companhia com ênfase para a área administrativa, onde foram treinados 34 empregados, restando as áreas de planejamento, financeira, auditoria e educacional os 14 treinamentos restantes.

Cabe ressaltar, que a não realização da totalidade dos recursos orçamentários, não refletem a realização física, efetivamente executada, tendo em vista que os valores apresentados no quadro de execução apontam as capacitações institucionais, e aqueles com custo para Cia. Os treinamentos efetuados sem ônus não estão computados no quadro apresentado.

As despesas com diárias, passagens e locomoção e serviços de pessoa jurídica tiveram uma redução significativa no exercício de 2011, em face das restrições orçamentárias determinadas pelo governo federal. Em 2011 as despesas com diárias, passagens e outros serviços de pessoa jurídica somaram R\$ 12.263,61, representando apenas 26,8% do valor executado em 2010.

Aliado as restrições orçamentárias, que reduziram significativamente as despesas com treinamento houve também maior preocupação na busca de treinamentos com investimento reduzido, o que pode ser realizado no âmbito da SUREG RJ com treinamentos voltados para técnicos e parceiros no universo das ações operacionais, onde através da expertise da casa foram

treinados 25 pessoas, sendo 22 parceiros, e 03 empregados da área operacional, além disso ainda tivemos a participação de 03 técnicos de outras empresas participando de do treinamento como reciclagem.

● **Ação (0022) - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**

A execução orçamentária das ações que se encontram em juízo no Estado do Rio de Janeiro foi relativamente pequena em relação ao número de demandas atualmente em processamento na justiça federal e trabalhista, principalmente se consideramos que a CONAB é ré hoje em processos judiciais, no âmbito regional.

A dotação orçamentária destinada a esse fim correspondeu a menos de um por cento da dotação geral da CONAB para 2011, ou seja, 0.90%. Destaque-se ainda que a SUREG/RJ realizou 90,29% da meta prevista, ao pagar efetivamente R\$270.870,90 dos R\$300.000,00 estabelecidos inicialmente. Em termos de execução orçamentária ainda assim manteve-se esta Superintendência Regional com 1,45% do total executado por toda a empresa no Brasil.

A perspectiva é de que para os próximos anos sejam despendidos maiores valores a media em que as ações forem se encerrando.

● **Ação (2137) – Fiscalização de Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços de Comercialização de Produtos Agroalimentares.**

A SUREG/RJ realizou 02(duas) fiscalizações oportunidade em que foram verificados os estoques de 508 t de grãos, sendo 46 vinculadas a AGFS, 278 toneladas de estoques da agricultura familiar e 184 pertencentes ao Fome Zero.

A meta física para o Rio de Janeiro era de 01 (uma) fiscalização, contudo foram realizadas 02(duas) fiscalizações em nossa Unidade Armazenadora, e duas fiscalizações realizadas por técnicos da SUREG em outras Unidades Armazenadoras localizadas em outros Estados da Federação RS e PR, importando nas despesas da ordem de R\$ 9.173,33.

Ainda que com pequenos volumes de produtos vinculados aos estoques públicos a Superintendência Regional participa dos Programas de Governo adquirindo produtos de agricultores familiares e recebendo produtos adquiridos pela Matriz para atendimentos as populações em risco de segurança alimentar e nutricional.

● **Ação (2130) - Formação dos Estoques Públicos**

Para a formação de estoques públicos a SUREG/RJ tinha uma dotação inicial de R\$ 1.000,00 com a finalidade de garantia dos produtos armazenados, participando com 0,05% no contexto nacional que para a rubrica possui valores de R\$ 1.346.265,02. Da dotação inicial foi utilizado apenas o valor de R\$ 708,00, utilizado para manutenção da atividade de garantia dos estoques públicos com aquisição de inseticida sólido para garantia na realização de operações fitossanitárias.

● **Ação (2272) - Gestão e Administração do Programa**

As despesas de pessoal vem apresentando um comportamento crescente justificado pelo crescimento em 10,26% decorrente do retorno de empregados por via administrativa , readmitidos pela Lei de Anistia. A dotação orçamentária final para a SUREG/RJ alcançou o valor de R\$ 8.310.000,00, representando 1,70% em relação a dotação nacional. A execução orçamentária foram dispendidos valores de R\$ 4.664.593,81 para Pessoal, R\$3.537.560,70 para as despesas de custeio e R\$ 66.580,84 a título de investimentos. O índice de cumprimento da meta atingiu 99,5% do estabelecido.

Em 2011 as despesas de pessoal foram da ordem de R\$ 4.664.593,81 sendo que cerca

de 82% corresponderam as obrigações patronais (R\$ 3.854.514,17), 16,7% relativos aos vencimentos e vantagens fixas (R\$ 782.267,53) e 1,3% a outros benefícios assistenciais. Em relação a 2010 houve um crescimento de 10,1%.

As despesas de custeio somaram R\$ 3.537.560,79 concentradas nas rubricas de diárias, passagens e despesas de locomoção, locação de mão de obra, serviços contratados de pessoa física e jurídica, obrigações tributárias e contributivas.

Com relação aos investimentos foram realizados na ordem de R\$ 66.580,84 representando 14,97% em relação aos investimentos nacionais, e referem-se as aquisições de novos aparelhos de refrigeração, no-breaks e caladores.

● **Ação (8579)- Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar**

A Superintendência Regional Rio de Janeiro recebeu uma dotação orçamentária na ordem de R\$ 8.000.00 para realização das atividades pertinentes a geração e difusão das informações da Agropecuária e do Abastecimento Alimentar, executando o valor de R\$ 7.150,95 alcançando 89,39% da meta estabelecida , gerando nesse caso uma economia para a empresa, uma vez que houve diminuição de despesas com diárias, locomoção e combustíveis utilizados pelos técnicos que realizam a atividade de coleta e acompanhamento de informações. O resultado em relação ao ano de 2010 em principio pode representar uma despesa maior, contudo o trabalho executado em 2011 teve maior amplitude na medida em que buscou-se o cadastramento de informantes locais para melhor conhecer a realidade agrícola do Estado, mediante coleta para aplicação nos sistemas de informações e conhecimento da Companhia colaborando para a melhoria no acesso as informações por parte dos produtores rurais.

● **Ação (2829) - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns**

A atividade tem por objetivo dota e manter a Unidade Armazenadora em condições técnicas ideais para guarda, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. A meta global de serviços para Unidade previa a utilização de R\$ 28.865,96, contudo, não se atingiu a meta pré estabelecida pela Matriz, que correspondia a 0,08% das despesas de capital previstas para a CONAB. A Unidade Armazenadora demanda várias necessidades que são inclusive pré requisitos para sua certificação, dentre as quais a recuperação dos telhados.

● **Ação (4711) - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**

Com dotação orçamentaria prevista de R\$ 10.000,00 para realização da atividade de pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras a Superintendência Regional realizou de acordo com as demandas previamente programadas pela SUINF e GEASA, 08 (oito) pesquisas no decorrer de 2011 para levantamento da safra de grãos - seja no tocante a intenção de plantio, ou no que diz respeito a avaliação das culturas de arroz, feijão, arroz e milho além do levantamento da safra de cana de açúcar. Em 2011 apesar da previsão de 03 estimativas, a SUREG não realizou levantamento da safra de café e de pinhão manso realizado em 2010.

A execução financeira não atingiu a meta prevista, mas ficou próxima à porcentagem média nacional de recursos utilizados. Normalmente a meta não é atingida, visto que em algumas viagens o trabalho é executado antes do prazo estabelecido, gerando economia de diárias de empregados e de locações de automóveis (diárias e despesas com locomoção). Cabe lembrar, ainda, que em algumas viagens as despesas para material de consumo e serviços de terceiros, entre elas os gastos com combustíveis, podem superar o valor inicial determinado, mas na maior parte dos deslocamentos elas não atingem a previsão. Com isso, as despesas não chegam a alcançar a meta fixada para o ano.

Na metodologia utilizada pela Companhia, para realizar estes levantamentos, são programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país, aos

escritórios de assistência técnica, aos principais produtores municipais e outros informantes alternativos, de forma a manter um contato direto e interação com estas fontes de informação, procedendo-se, em seguida, ao preenchimento de questionários padronizados em nível nacional, a fim de apurar um conjunto de informações. Mesmo sendo sabido que a utilização de fontes ligadas à administração pública local não são as ideais, estas fontes também são contatadas a fim de se manter a interação com as pessoas envolvidas. Após os lançamentos dos dados em formulários próprios e envio à Suinf, há uma discussão com representantes do IBGE, visando a geração de números estaduais comuns, a fim de realizar uma mesma divulgação de informações oficiais acerca das principais lavouras brasileiras.

● Ação (0110) – Previdência Privada

A título de Previdência a SUREG/RJ registrou na Execução Orçamentária e Financeira de ações o valor de R\$ 1.603,15 (hum mil seiscentos e três reais e quinze centavos), pertinentes a rescisão contratual de trabalho de empregado referente a parcela Cibrius patronal.

Quadro L – Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	650	651	650	1.089.000,00	1.088.528,75
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	210	151	225	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	214	227	228	1.300.000,00	1.220.407,60
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	168	223	198	165.000,00	161.141,05
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	65	48	57	36.000,00	12.263,61
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	300.000,00	270.870,90
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	1	2	1	15.600,00	9.173,33
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	500.000,00	708,00
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	8.290.000,00	8.268.735,44
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	8.000,00	7.150,95
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	-	-	-	28.865,96	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	8	8	8	10.000,00	7.313,74
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	1.603,15	1.603,15

Fonte: Supor/Geare

9.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

9.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro LI - Restos a Pagar Processados

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	161.001,71	0,00	161.001,71	0,00
2010/2011	644.275,00	0,00	644.275,00	0,00
2011/2012	559.017,53	0,00	559.017,53	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro LII -Restos a Pagar Não Processados

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010/2011	46.759,77	0,00	5.776,81	40.982,96
2011/2012	107.836,53	0,00	99.839,30	7.997,23

Fonte: SIAFI

9.2.2 – Análise Crítica

Parte de Rateios a Pagar não Processados (R\$ 7.997,23) será liquidado no decorrer do ano de 2012.

9.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

Todos os recursos de Transferências Recebidas são contemplados pela Matriz, que repassa as Sureg's, logo nenhum recurso é transferido diretamente a esta Sureg por qualquer outra entidade.

9.4 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas **por 97 complexos armazenadores (177 armazéns)**, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal –

SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas

aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macro função 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- 1 R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- 2 R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10**DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas

fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244	
Créditos Parcelados	334	31	
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140	
Total – Circulante	292.646	119.415	

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Entidades Federais	17.628	15.163	
Créditos Parcelados	307	102	
Créditos a Recuperar	75	83	
Total – Não Circulante	18.010	15.348	

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR-Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR-Doação e CPR-Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPR's Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

□ *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e

o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80	
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades

sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Geo Safras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agro extrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repassé – Recursos Próprios	2.420	3.058	
Repassé – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521	
Total de Repasses	3.218	3.579	

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Rua da Alfândega, 91 – 11º e 12º andares - Centro - Rio de Janeiro-RJ-CEP 20.070-003
Tel.: (021) 3861-5750 - rj.sureg@conab.gov.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Previstas na Lei nº 4.320/64)

Exercício 2011


SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
UG 135.305

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais e a Demonstração da Variações Patrimoniais, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2012


ALBERTO DE SOUZA
Encarregado do Setor Contábil e Financeiro
Contador CRC 019.938-2

“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

9.5 – Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal. Conferido e assinado por José Carlos de Andrade, Superintendência de Contabilidade - Superintendente Contador - CRC DF 005969/0-5.

Composição Acionária da UJ como investidora – Posição em 31/12/2011

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agrop. - BRASAGRO	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571,800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a **PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS**, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida		31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

9.6 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Conforme pode-se observar no quadro a seguir os imóveis jurisdicionados na SUREG/RJ e relacionados no “Sistema de Imóveis da CONAB”, apresentam a seguinte situação: 02(dois) imóveis, Rua Conde de Agrolongo e Avenida Maracanã, nº 252 estão destinados a alienação imediata, estado um deles em negociação para venda direta ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. 02(dois) imóveis – Rua da Alfândega, nº 91. 11º e 12º andares – Centro e Rua Sargento Sílvio Hollembach nº 220 – Barros Filho, ambos na cidade do Rio de Janeiro são utilizados para o exercício das atividades próprias da CONAB; 02(dois) imóveis denominados “Hortomercado Leblon e Hortomercado Humaitá”, administrados pela CONAB; 03(três) imóveis denominados Hortomercado Campinho, Irajá e Méier, cedidos à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com opção de venda e compra; 05(cinco) imóveis denominados, Mercado do Produtor/Centro de Abastecimento, localizados nos municípios de Vassouras/Paty do Alferes, Nova Friburgo, São José do Ubá, Campos dos Goytacazes e Macaé em situação de análise para devolução à CEASA/RJ; 02(dois) imóveis localizados nos município de Silva Jardim e Barra do Pirai – cedidos a CASERJ; e 01(um) imóvel de propriedade da CEASA(pavilhão 12) sob o qual a CONAB possui o direito a posse permanente a título gratuito e indeterminado. Cabe ressaltar que a Sureg/RJ não possui imóveis locados de terceiros.

Quadro LIII - Patrimônio Imobiliário

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Município do Rio de Janeiro	10	10	
Município de Silva Jardim	1	1	
Município de Barra do Pirai	1	1	
Município de Campos dos Goytacazes	1	1	
Município de Macaé	1	1	
Município de Vassouras/Paty do Alferes	1	1	
Município de Nova Friburgo	1	1	
Município de São José do Ubá	1	1	
Total	17	17	

Fonte: Sureg/RJ

9.7 – Parecer de Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

10 – Governança e Controles (correspondente ao Item 13 da DN 108/2010)

10.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro LIV - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Superintendência, Prore, Geose e Gefad.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

Com referência as providências adotadas para atendimento aos órgãos de controle externo registramos que de acordo com o Ofício 017 /2012/AECI-GM datado de 30 de janeiro de 2012, em consonância com o determinado no Relatório de Auditoria realizada na Superintendência Regional do Rio de Janeiro, as providências corretivas a serem adotadas foram integradas ao Plano de providencias permanente ajustado a UJ e monitorado pelo Controle Interno em face dos trabalhos conduzidos pela CGU sobre os atos de gestão expostos no processo anual de contas relativo ao exercício de 2010, apresentado em 2011, para o qual foi emitido o Certificado de Auditoria nº 201109411, após o exame dos atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, sendo encaminhado a CGU que em parecer acolheu a proposição expressa no Certificado de Auditoria.

O processo de Prestação de Contas foi encaminhado ao Ministro de Estado com vistas ao pronunciamento e posterior remessa a Secretaria de Controle Interno do TCU- Tribunal de Contas da União para acompanhamento e controle.

10.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
5/2011 - (AVG) - SUREG RJ/RJ
Constatação:
997 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$22.860.451,14, registrado na UG 135305 – Sede da Sureg/RJ. O saldo a receber refere-se a locação das áreas dos armazéns a terceiros bem como dos Hortomercados Leblon e Humaitá, e o rateio das despesas com manutenção. O saldo da conta Faturas/Duplicatas a Receber da UA Lira Tavares apresentou o somatório de R\$68.072,35, e em destaque o cliente Ministério da Integração Nacional - MI. O débito é de R\$23.710,45, que representou 34% do saldo a receber da Unidade. O assunto foi objeto do Relatório de Auditoria n.º 6 de 4.5.2010. A resposta oferecida pela Sureg, foi a de que a "liquidação do débito depende do Recurso do Governo".
Recomendação:
997.1 - Recomendamos à Sureg/RJ, envidar esforços no sentido de cobrar os débitos existentes , analisar os fatos

e transferir os saldos de curto prazo para longo prazo, quando couber.

Tratamento das Recomendações

de em 07/06/2011 como Pendente

No que se refere ao débito do Ministério da Integração Nacional, a GEPRI esclareceu, verbalmente, a GEOSE/RJ que o assunto é de responsabilidade da DIRAB/SUPAB, e que os pagamentos das faturas, relativas a cobrança de seguro das mercadorias, são efetuados por meio de encontro de contas, tendo sido liquidadas as Notas Fiscais n°s 31.626, 31.644, 31.704, 31.705 e 31.724, no montante de R\$ 11.649,12, através da GP/DIRAB/SUPAB n° 001/2010 e Notas Fiscais n°s 31.746, 31.746, 31.794, 31.811, 31.834 e 31.849, no montante de R\$ 3.059,70, através da GP/DIRAB/SUPAB n° 001/2011. As Notas fiscais listadas são referentes ao período de 06/2010 a 05/2011. Considerando que a Regional não foi comunicada dos pagamentos acima, encaminhamos CI SUREG/RJ n° 1081, de 06/06/2011, à SUCON/SUFIN solicitando orientação ou procedimentos para as respectivas baixas contábeis.

de em 09/06/2011 como Pendente

Providências estão sendo adotadas, junto aos setores envolvidos, no sentido de solucionar a pendências em questão.

de paulo.hayakawa em 14/06/2011 como Pendente

Manter acompanhado, item não solucionado

de alberto.souza em 05/07/2011 como Pendente

Item 997 - Procedemos as baixas contábeis de parte dos débitos devidos pelo MI através das 2011nl's 000732/733, no total de R\$ 14708,82. O valor repassado a maior de R\$ 2686,82 sera baixado àquele Ministério com as faturas compatibilizadas com o referido valor. Item 997.1 - Os valores a serem recebidos do MI estão sendo controlados, conduzidos e acompanhados pela Sufin/Matriz. Os valores das contas a receber a serem transferidas do Curto Prazo para o Longo Prazo estão sendo identificadas e as reclassificações implementadas.

de paulo.hayakawa em 06/07/2011 como Pendente

Em relação a Ministério, o item está controlado. Aguardar a reclassificação dos valores a serem transferidas para Longo Prazo. O cliente 393238860002-20 não possui o estoque desde 31.12.2010, tem saldo devedor de R\$529,00. Verificar e analisar a movimentação nos últimos meses.

de alberto.souza em 15/08/2011 como Pendente

O saldo do cliente 39323996000220 foi regularizado através da 2011nl000978.

de paulo.hayakawa em 19/08/2011 como Solucionado

Verificou-se no Siafi, em 12/8/2011, conforme NL00978 foi registrado o recebimento.
Solucionado

Constatação:

999 - Em 31/12/2010 as contas apresentavam os saldos de R\$390.824,99 e R\$31.235,11, respectivamente, contabilizados na UG 135305 - Sede da Sureg/RJ, conforme tabela a seguir: De acordo com o Relatório de Controle de Utilização do SAS, relativo a dez/2010, o saldo devedor no valor de R\$389.918,37, não estava compatível com o saldo contábil de R\$389.820,49, gerando uma diferença de R\$97,88, relativa aos empregados matrículas n°s.107867 (R\$69,14), 096693 (R\$6,00/duplicidade registro no mapa) e R\$22,74, referente ao empregado matrícula n.º 106044. Para o valor de R\$97,88 foi efetuado um acerto, em 4.2.2011, por meio da 2011NL158, de 31.1.2011, sendo estornado posteriormente parte desse registro, em 7.2.2011, por meio da 2011NL000170 (R\$22,74D). Conforme demonstrativo de jan/2011, falta ainda, a regularização do valor de R\$22,74, que deverá ser efetuada em fev/2011. O valor de R\$323,48 refere-se a multa de trânsito relativa aos valores de R\$102,15 - AR n.º N34128819, de 4.8.2010; R\$68,10 - AI n.º G3/01308270, de 6.8.2010 e R\$153,23 - AR n.º F701074215, de 22.9.2010, cujo responsável é o empregado matrícula n.º 105722, conforme as 2010NL1246, 1685 e 1892. No valor de R\$612,92 constatou-se a baixa de R\$153,23 conforme a 2011NL19, de jan/2011. O valor restante de R\$459,69 refere-se a multa de trânsito, conforme a 2010NL1674, AI n.º F6/00624211, de 27.11.2010, cujo responsável é o empregado matrícula n.º 107694. O valor de R\$68,10 refere-se a multa de trânsito AI n.º X34215728, de 9.9.2010, cujo responsável é o empregado matrícula n.º 107654. Quanto ao valor de R\$8.680,06, constatou-se a não abertura do processo judicial.

Recomendação:

999.1 - Recomendamos à Sureg/RJ proceder a regularização da diferença de SAS (R\$22,74) e das demais pendências do Curto Prazo.

Tratamento das Recomendações:

de adilso.lau em 09/06/2011 como Pendente

Procedimentos estão sendo adotados com vistas a regularização da questão.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Pendente

Aguardamos as providências propostas.

de janine.martins em 22/07/2011 como Pendente

A diferença de SAS no valor de R\$ 22,74, foi regularizada através da 2011NL000258, de 28/02/2011

de zilda.silva em 25/07/2011 como Pendente

SAS - Solucionado; Informar com relação aos débitos pendentes de exercício anterior: José Antônio Genésio, José Baltazar Régis e Hamilton Butta de Siqueira.

de em 13/09/2011 como Pendente

O empregado Hamilton Butta de Siqueira, ressarcir a Conab, o valor de R\$ 68,10, em 01/08/11, através da 2011RA004595 - RDC.117/11.03.08, referente ao auto de infração nº X34215728, de 09/09/10 - Processo Administrativo nº 21202.000325/2010-76, sendo a baixa contábil realizada por meio da 2011NL000948. Esclarecemos que os valores consignados nos Processos nºs 21202.000150/2010-05, 21202.000252/2010-12, 21202.000326/2010-11 e 21202.000299/2009-42, relativos a autos de infração de trânsito, de responsabilidade dos empregados José Antonio Genésio e José Baltazar Régis, estão sendo parcelados, de forma a possibilitar o ressarcimento pelos motoristas, visto os valores elevados, que inviabiliza o pagamento em uma única parcela pelos colaboradores.

de zilda.silva em 13/09/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

999.2 - Recomendamos à Sureg/RJ informar à Audin os números dos processos judiciais relativos às pendências mencionadas no quadro anterior e/ou justificar a não abertura de processos judiciais.

Tratamento das Recomendações:

de janine.martins em 07/06/2011 como Pendente

Informações prestadas pela PRORE/RJ, para o item 999.2: Processo Administrativo nº 02-217/2002 originou o Processo Judicial nº 2010.51.01.020291-5(Ação de Ressarcimento de Ilícito Administrativo); Processos Administrativos nºs 02-187/99 e 02-215/02 - encaminhados para o Escritório de Advocacia Terceirizado - Rocha Calderon, para ingresso da competente ação de cobrança;

de janine.martins em 07/06/2011 como Pendente

Continuando: Processo Administrativo nº 02-015/2005 - Processo Judicial nº 0155900-64.2006.5.01.0049; Processo Administrativo nº 02-023/2005 - Processo Judicial nº 0142900-30.2006.5.01.0038; Processo Administrativo nº 02-141/2005 - Processo Judicial nº 0128400-67.2006.5.01.0002; Processo Administrativo nº 21202.000152/2007-91 - Processo Judicial nº 0135800-56.2008.5.01.0037. Quanto as cobranças aos motoristas, José Antonio Genésio, José Baltazar Régis e Hamilton Butta de Siqueira, referente ao ressarcimento de multas, derivadas de infrações de trânsito, pagas pela Conab, emitimos CI'S aos empregados solicitando a pronta regularização da situação.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Pendente

R\$323,48 - pendente; R\$612,92 - parcialmente solucionado; R\$68,12 - pendente R\$ 2.889,12 - pendente/informar; demais valor - informado/solucionado

de zilda.silva em 31/08/2011 como Baixado

Baixado - R\$323,48 (a ser avaliado na próxima auditoria).

de janine.martins em 31/08/2011 como Pendente

Processo Administrativo nº 015/05, referente a débito pendente de pagamento no valor de R\$ 2.889,12 pela ex-empregada Arabela Maria M. B. da Rosa, originou o Processo Judicial nº 0155900-64.2006.5.01.0049. P Processo Administrativo nº 022/04 se encontra arquivado na GEDIN, não havendo pendências em relação ao mesmo, visto que as cobranças de débitos com o SAS foram desmembradas.

Constatação:

1000 - Em 31.12.2010 a conta apresentava os saldos de R\$1.671.291,37, R\$23.602,02 e R\$418.936,00, registrados nas UGs 135306 – Unidade Estoque Estratégico/RJ, 135440 – Mercado de Opções/RJ e 135561 - Unidade Conab PAA/RJ, respectivamente, distribuídos em 16 contas correntes de agricultores e/ou cooperativas de produtores rurais. Em relação ao acompanhamento dos Adiantamentos a Fornecedores – CPRs Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque, por amostragem, constatou-se, de acordo com os controles apresentados pelas áreas contábil e operacional que os registros não estão compatíveis, a exceção da Unidade Conab PAA/RJ (dez/2010). No confronto dos controles mencionados, referentes ao saldo acumulado de dez/2010, constatou-se

uma diferença de R\$18.467,11 em relação à UG 135440, a saber: a) na c/c n.º 50289896720, o saldo contábil é de R\$10.147,66 e o operacional de R\$5.134,91. O saldo de R\$5.134,91 (valor principal) refere-se a parte das CPRs – Alimentos – CAAF 2003/2004 n.ºs 001 e 002/2004 (AUVPA – Grupo Cambucás II – Silva Jardim). Verificou-se que foram expedidas as cartas Sureg/RJ n.ºs 203 e 204, em 27.1.2011, para os agricultores que não saldaram os seus débitos; b) na c/c n.º 98389815753, o valor indicado como dívida do Sr. Antoniel dos Santos Gomes (R\$13.454,36), corresponde ao total do empréstimo feito aos agricultores através da CPR n.º 001, no entanto, parte desse valor foi quitado, em dez/2010, restando ainda, o valor remanescente dos demais agricultores constantes da mesma CPR n.º 001 (R\$ 2.609,81); e c) quanto a diferença a maior citada, de R\$18.467,11, o Secof/RJ deverá verificar a baixa de pagamento por parte de algum produtor; Em relação à UG 135561 verificou-se o seguinte: a) no CNPJ n.º 01.256.679/0001-47, os saldos contábil e o operacional são equivalentes (R\$94.496,00), referentes ao Processo n.º 262/2008-33, CPR Estoque RJ/2009/001/0007 (banana passa) e Notas Promissórias com vencimentos em 17.5.2010 e 15.1.2010 (2010NS003), respectivamente; b) no CNPJ n.º 04.777.153/0001-09, o saldo (contábil e o operacional) é de R\$324.440,00. Refere-se ao Processo Administrativo n.º 200/2008-21 e Judicial n.º 2010.511.2000.780-3, e CPR Estoque 2008/01/017 (mel bruto), com vencimento em 7.12.2010 (2008NS088). Constatou-se que a empresa foi inscrita no Cadin, em 7.10.2010; e c) verificou-se também, que foi efetuada a transferência dos saldos relativos à UG 135306 – Unid. Estoque Estratégico/RJ para a UG 135561 – Unidade Conab PAA/RJ, através da 2011NL0001, de 10.1.2011, em observância às orientações do Fax Supaf, Suope, Supab e Sutin n.º 304, de 10.12.2010. Falta a análise e a regularização da composição desses saldos. Em relação à UG 135306 (saldo dez/2010) verificou-se as seguintes divergências e/ou situações entre os saldos contábeis e operacionais conforme demonstrado na tabela a seguir, e colocações citadas nas letras a) e b): a) no CNPJ n.º 04.777.153/0001-09, o montante de R\$525.436,58 refere-se ao Processo Administrativo n.º 177/2008 que trata da CPR doação pactuada com a Cooperativa Regional de Agricultura Familiar - Cooperafa. A operação não se concluiu resultando no retorno de parte dos recursos através de depósito da Cooperativa na conta da Conab no valor de R\$466.788,92. Da diferença houve o pagamento de R\$33.057,90 objeto de entregas feitas pela cooperativa aos beneficiários do Projeto, resultando num saldo de R\$25.589,76. O não cumprimento do pactuado resultou na propositura de Ação Judicial, em curso, na 1.ª Vara Federal sob o n.º 2010.511.2000.780-3; b) no CNPJ n.º 72.223.829.0001-64, o montante de R\$755.271,39 refere-se aos valores de R\$443.736,76, R\$61.028,14, R\$89.171,06 e R\$161.335,43 relativos a CPRs n.ºs 10 a 12 e 17/2009. Constatou-se que a renegociação das dívidas, relativas à CPR Alimento (MOC - Título 34), contraídas em 2003 e 2004 e a regulamentação da MP n.º 432/2008, estão de acordo com o Art.15-B da Lei n.º 11.322, de 13.7.2006, alterada pela Lei n.º 11.420, de 20.12.2006 e a Lei n.º 11.775, de 17.9.2008. Foi concedido perdão ou desconto de 50% do valor da dívida renegociada, ficando a Região Sudeste com pagamento prorrogado, conforme demonstrado no quadro a seguir (Renegociações efetuadas - Rebate de 50%):

Recomendação:

1000.1 - Recomendamos à área contábil proceder a análise e a regularização dos saldos da UG 135440, relativas às CPRs Alimentos (MO/RJ). Adotar o mesmo procedimento para as demais pendências relativas às transferências para o PAA, por meio da 2011NL0001.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 30/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de alberto.souza em 22/08/2011 como Pendente

Procedimentos estão sendo adotados, que após a elaboração do Demonstrativo Mensal dos Saldos das CPR's com o resultado em 31/08/2011, compatibilizados os controles físico, financeiros e contábeis os encaminharemos as posições.

de zilda.silva em 31/08/2011 como Pendente

Parcialmente solucionado.

de alberto.souza em 06/10/2011 como Pendente

Procedimentos estão sendo ultimados pela Geose-Rj para a conclusão do demonstrativo dos saldos das CPR's, que será comparado com os saldos contábeis.

de zilda.silva em 06/10/2011 como Pendente

Parcialmente solucionado. Aguardando a compatibilização dos saldos.

de alberto.souza em 21/12/2011 como Pendente

Encaminhamos a Audin, através da CI Sureg-RJ 2534/20-12-2011, os demonstrativo dos saldos compatibilizados em 30/11/2011.

de zilda.silva em 15/02/2012 como Solucionado

solucionado.

Recomendação:
<p>1000.2 - Visando o acompanhamento das operações de recebimento dos débitos, conforme preceitua a Resolução n.º 23, de 9.2.2007, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, publicada no DOU n.º 30, de 12.2.2007 e também o contido no item 7 – Acompanhamento/Controle, do Título 34 – Aditamento de Cédula de Produtor Rural - CPR, Comunicado Conab/MOC n.º 005, de 25.2.2007 e Nota Técnica Digem/Supaf n.º 5, de 26.11.2008, recomendamos à Sureg/RJ efetuar a checagem e compatibilização sistemática entre controles contábeis e operacionais.</p>
Tratamento das Recomendações:
<p>de maria.lopes em 30/06/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.</p> <p>de alberto.souza em 22/08/2011 como Pendente</p> <p>Procedimentos estão sendo adotados, que após a elaboração do Demonstrativo Mensal dos Saldos das CPR's com o resultado em 31/08/2011, compatibilizados os controles físicos, financeiros e contábeis encaminharemos as posições.</p> <p>de zilda.silva em 06/09/2011 como Pendente</p> <p>Aguardamos o envio dos controles mencionados.</p> <p>de alberto.souza em 06/10/2011 como Pendente</p> <p>Procedimentos estão sendo ultimados pela Geose-RJ para a conclusão do demonstrativo dos saldos das CPR's, que serão comparados com os saldos contábeis</p> <p>de zilda.silva em 06/10/2011 como Pendente</p> <p>Aguardamos a conclusão dos trabalhos.</p> <p>de alberto.souza em 21/12/2011 como Pendente</p> <p>Encaminhamos a Audin, através da CI Sureg-RJ 2534/20-12-2011, os demonstrativos dos saldos compatibilizados em 30/11/2011.</p> <p>de zilda.silva em 15/02/2012 como Solucionado</p> <p>Solucionado.</p>
Recomendação:
<p>1000.3 - Recomendamos à Sureg/RJ/Secof observar o princípio do regime de competência, evitando assim registros extemporâneos.</p>
Tratamento das Recomendações:
<p>de adilso.lau em 09/06/2011 como Pendente</p> <p>Providências já estão sendo adotadas com a finalidade de evitar tal situação.</p> <p>de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado</p> <p>Solucionado.</p>
Constatação:
<p>1001 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R\$ 12.000,00, registrado na UG 135305 – Sede da Sureg/RJ, referente ao bloqueio na conta 195950-6, da UG 135347 – PGPM. Conforme mandado Judicial n.º 2004/274175 , em favor do ex-funcionário CPF n.º 044.912.463-00, o processo foi concluso em 17/06/2005, e os alvarás foram liberados, conforme quadro abaixo:</p>
Recomendação:
<p>1001.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sureg-RJ/Prore, resgatar o Alvará n.º 1069/06, encaminhando comprovante/documento ao Secof, para proceder a baixa contábil.</p>
Tratamento das Recomendações:
<p>de janine.martins em 07/06/2011 como Pendente</p> <p>Protocolizada petição requerendo o desarquivamento do Processo n.º 00251100-42.1991.5.01.0026, em 23/07/2010. Aguardando deferimento do desarquivamento pelo juízo, para providenciarmos o resgate do alvará n.º 1069/06, e adoção dos demais procedimentos para baixa contábil pelo SECOF.</p> <p>de paulo.hayakawa em 14/06/2011 como Pendente</p>

Aguardar a procedimento adotado co sucesso. Item n]ao solucionado.

de alberto.souza em 06/10/2011 como Pendente

Aguardamos procuração para resgate do alvará.

de janine.martins em 16/02/2012 como Pendente

Estamos aguardando o reenvio, pela Matriz, de procuração para procedermos conforme orientado.

O procurador Luiz Domingues informa que a regularização se encontra em andamento

Constatação:

1004 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R\$573.469,01, contabilizado nas UGs 135305 – Sede da Sureg/RJ (R\$520.765,72) e 135308 – UA Lira Tavares (R\$52.703,29), referente às apropriações dos contratos de prestação de serviços, firmados com as empresas mencionadas na tabela a seguir: Com base no Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis – (Supad/Gecot/jan/11; Sureg/RJ/fev/11), temos a comentar: Transecur Vigilância e Segurança Ltda. (item 4) (Processo n.º 21202.000189/2005-06) - o Contrato n.º 02/06 foi prorrogado (vigência: 2.2.2011 a 2.10.2011), com autorização da Dirad, visto tratar-se de contratação de serviço remanescente após a rescisão contratual com a empresa vencedora do Pregão Eletrônico. Depósito de Papel Santa Cecília Ltda. (item 6) (vigência: 11.8.2010 a 10.8.2011) - refere-se ao Processo n.º 21202.000031/2009-19 de contratação de serviços de coleta de lixo dos Hortomercados Leblon (R\$19.579,98), Humaitá (R\$25.174,26) e UA Lyra Tavares (R\$5.769,92). Foi elaborado o 1º Termo Aditivo, ao contrato n.º 01/2009, objetivando a supressão de serviços de retiradas semanais de caçambas de lixo da UA Lyra Tavares. O valor mensal da Unidade de R\$5.769,92, reduziu para R\$3.550,72. Passando o valor global mensal referente a UA Lira Tavares e os Hortomercados do Leblon e Humaitá de R\$50.524,16 para R\$48.304,96. Angel's Serviços Técnicos Ltda. (item 7) (vigência: 1.3.2010 a 1.3.2011) – o Processo n.º 21202.000033/2008-29, relativo aos serviços de limpeza e conservação, foi encaminhado à Dirad visando autorização da prorrogação do prazo do contrato, de interesse das duas partes. Banco do Brasil SA (item 8) (vigência: 3.2.2010 a 3.2.2011) – observou-se que não constava saldo contábil em dez/2010 referente à OS n.º 55/2009 e constava no relatório de vencimentos do Siscot: vencido há 7 dias. O Processo n.º 21202.000196/2008-00 de contratação de seguro de parte da frota de veículo, firmado com o Banco (R\$5.849,87) foi encerrado o prazo de contratação, em razão do veículo objeto do contrato, ter sido incluído na contratação firmada com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, visando a redução de custos ensejada por abranger toda a frota de veículos da Sureg/RJ. Minas Park Aparecida Estacionamentos Ltda. (item 9) (Processo n.º 21202.000015/2009-18) - foi prorrogada a vigência (28.1.2011 a 28.1.2012), permanecendo o mesmo valor, com autorização da Dirad com base na Nota Técnica Gecot n.º 097/2010 e manifestação da Proge (Despacho Proge/Sumad RC n.º 2345/2010). Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (item 10) (vigência: 8.2.2010 a 8.2.2011; Processo n.º 21202.000196/2008-00) - observou-se que não consta saldo contábil em dez/2010, referente à OS n.º 01/2010 e consta no relatório de vencimentos do Siscot: vencido há 2 dias. Aguarda-se o empenho para emissão da Ordem de Serviço. Sibelly Transportes Ltda. (item 11) - consta no relatório de vencimentos do Siscot: vencido há 224 dias, o contrato n.º 68, relativo ao Processo n.º 21202.000193/2008-68. A atualização foi efetuada no final da auditoria, com base no Termo Particular de Permissão Renumerada de Uso, assinado em 14.4.2009, que condiciona o término de sua vigência à alienação do imóvel, cujo Processo n.º 21200.001426/2009-41 encontra-se na Matriz (Fax Sureg/RJ n.º 1516, de 27.5.2010). Riotravel Turismo Ltda. (item 12) - verificou-se, por amostragem, a aquisição de passagens aéreas por meio da 2010OB802754, 802766 e 2011OB800245. Ao consultar o Sicafe constatou-se que o fornecedor está com o cadastramento vencido. Segundo a Sureg/RJ a empresa não tem interesse no fornecimento de passagem. Não há interesse também de outras empresas locais no fornecimento de passagens em razão do baixo valor. A Sureg/RJ está negociando com a BB Turismo a contratação dos serviços. A Sureg/RJ informou que está tendo dificuldades em relação a atualização, correção dos dados e impressão dos documentos (configuração) no Siscot. A exemplo citamos os serviços de vigilância, que após várias tentativas obteve-se sucesso na correção. Quanto aos serviços de limpeza, continua pendente de correção o número do Processo.

Recomendação:

1004.1 - Recomendamos à área contábil proceder a análise e a regularização do saldo, relativo aos serviços de coleta de lixo. Alertamos para a obrigatoriedade de observar o princípio contábil do regime de competência (item 6 da tabela).

Tratamento das Recomendações:

de adilso.lau em 09/06/2011 como Pendente

Estamos procedendo a análise, com vista a regularização do saldo.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Pendente

Aguardamos a regularização do saldo.

de alberto.souza em 22/07/2011 como Pendente

As recomendações foram adotadas e os saldos regularizados.

de zilda.silva em 25/07/2011 como Pendente

Lembramos que o saldo contábil deve representar o total das parcelas a vencer (CI.Sucon n.º 582, de 19/8/2005). UA Lyra Tavares: dez/10 - 3.994,56 (NF 1617) jan/11 - 3.550,72 (NF 1918) fev/11 - 3.550,72 (NF 2205) mar/11 - 3.994,56 (NF 2515) abr/11 - 3.106,88 (NF 2790) mai/11 - 3.994,56 (NF 3978) (saldo jul/11= 5.326,08) HM Humaitá e Leblon: dez/10 - 43.355,67 (NFs 1615/16) jan/11 - 40.558,53 (NFs 1919/20) fev/11 - 40.558,53 (NFs 2344/45) mar/11- 41.957,10 (NFs 2513/14) abr/11 - 43.355,67 (NFs 2788/89) mai/11- 41.957,10 (NFs 3076/77) (saldo jul/11= 118.878,45) Favor avaliar os saldos de jul/11 e informar.

de janine.martins em 08/09/2011 como Pendente

Em anexo, Conciliação Contábil referente a conta 19.972.0200 - Contratos de Serviços - Depósito de Papel Santa Cecília LTDA. O original está sendo encaminhado, via CI SUREG/RJ

de zilda.silva em 09/09/2011 como Baixado

Conta a ser avaliada na próxima auditoria.

Recomendação:

1004.2 - Recomendamos à Sureg/RJ adotar os procedimentos licitatórios necessários à contratação de empresas para aquisição de passagem e locação de veículos.

Tratamento das Recomendações:

de janine.martins em 01/06/2011 como Pendente

Antes de firmarmos o Termo de Adesão com a BBTUR, consultamos várias empresas do ramo, sem obtermos sucesso. Atentos a recomendação, instruiremos processo específico com vista a nova tentativa de contratação de empresa para fornecimento de passagens e locação de veículos.

de zilda.silva em 20/06/2011 como **Solucionado**

Solucionado.

Recomendação:

1004.3 - De acordo com a Resolução Presi n.º 13, de 22.12.2010 e visando facilitar a análise, recomendamos aos gestores dos contratos a atualização e/ou inclusão de dados no Sistema de Gestão de Contratos - Siscot.

Tratamento das Recomendações:

de janine.martins em 01/06/2011 como Pendente

Com referência ao assunto, informamos que através do ATO SUREG/RJ n.º 21, de 20/04/11, a empregada Ana Lúcia S. G. Rocha foi designada como gestora dos contratos administrativos vigentes na regional, tendo dentre outras incumbências a atualização do SISCOT. Esclarecemos ainda, que para cada contrato temos o fiscal responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços contratados.

de zilda.silva em 20/06/2011 como **Solucionado**

Solucionado.

Constatação:

1005 - A conta 33.390.39.01 registra as despesas realizadas com a assinatura de periódicos (jornais, revistas, entre outros) e anuidades, com característica de despesa antecipada, cujo bem ou serviço será entregue posteriormente (mensal, trimestral, etc). Tais registros devem ser reconhecidos no ativo, como direito a receber na conta 11.411.04.00 – Assinaturas e Anuidades a Apropriar em contrapartida na conta 61.314.02.00 – Despesas Antecipadas. Constatou-se que o saldo registrado na UG 135305 – Sede da Sureg/RJ da conta 33.390.39.01, em 31.12.2010, era de R\$21.735,60, todavia, não se identificou registro nas contas 11.411.04.00 e 61.314.02.00.

Recomendação:

1005.1 - Recomendamos que a Sureg/RJ proceda as correções necessárias para reconhecer o direito correspondente a assinatura de periódicos ou anuidades nas contas 11.411.04.00 e 61.314.02.00. O registro deverá ser feito pelo valor do número de periódicos ainda não entregues.

Tratamento das Recomendações:

de adilso.lau em 09/06/2011 como Pendente

Procedimentos já estão sendo adotados, conforme orientação.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

1006 - Em 31.12.2010, a conta apresenta o saldo de R\$2.131,95 registrado nas UGs 135305 e 135308, conforme demonstrado na tabela a seguir: O valor pendente de R\$215,50 foi pago por meio da 2010OB801356, de 30.6.2010. A Sureg/RJ avaliará se houve rateio do valor apresentado entre os locatários. Quanto ao valor de R\$10,88, também pendente, refere-se ao recolhimento do ISS jun/2010.

Recomendação:

1006.1 - Recomendamos à Sureg/RJ, proceder a análise e a regularização dos valores pendentes.

Tratamento das Recomendações:

de adilso.lau em 09/06/2011 como Pendente

Estamos procedendo a análise, com vista a sanar as pendências em questão.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Pendente

Aguardamos as providências mencionadas.

de em 20/06/2011 como Pendente

Aguardamos a procedência a ser tomada, informar-nos a situação sanada por NS,NL,OB ou número do processo autuado.

de alberto.souza em 29/08/2011 como Pendente

O valor de R\$ 215,50 integrará as despesas a serem rateadas e recuperadas com os locatários do Hortomercado Humaitá conforme processo 21.202.000280/2007-34 no Balancete de Rateio de Despesas Comuns de 09/2011.

de em 30/08/2011 como Pendente

O valor de R\$ 215,50, referente ao A.I nº 101552 e 553 - Hortomercado Humaitá, cuja despesa foi realizada no ano de 2010, por meio da 2010OB801356, e não recuperada naquele exercício, tendo em vista o encerramento do mesmo. Através do Rateio de Despesas do mês de Setembro/2011, a despesa em questão será recuperada financeiramente aos cofres da Conab, mediante ressarcimento efetuado pelos locatários do Hortomercado Humaitá, previsto para o dia 10/10/2011

de em 06/09/2011 como Solucionado

Solucionado.